



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

### **PAUTA DA 33ª REUNIÃO**

**(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)**

**07/08/2024  
QUARTA-FEIRA  
às 11 horas**

**Presidente: Senador Paulo Paim  
Vice-Presidente: Senadora Zenaide Maia**



**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

**33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 07/08/2024.**

**33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***quarta-feira, às 11 horas***

# **SUMÁRIO**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PL 4612/2020 - Não Terminativo -	SENADORA SORAYA THRONICKE	9
2	PL 4122/2021 - Não Terminativo -	SENADORA ANA PAULA LOBATO	21
3	SUG 13/2022 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	33
4	SUG 1/2023 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	48
5	PL 4974/2023 - Não Terminativo -	SENADORA LEILA BARROS	61
6	PL 5771/2023 - Não Terminativo -	SENADORA DAMARES ALVES	77

<b>7</b>	<b>PL 5473/2023</b>  - Não Terminativo -	<b>SENADOR FLÁVIO ARNS</b>	<b>87</b>
<b>8</b>	<b>PL 5334/2023</b>  - Não Terminativo -	<b>SENADOR PAULO PAIM</b>	<b>98</b>
<b>9</b>	<b>REQ 43/2024 - CDH</b>  - Não Terminativo -		<b>108</b>

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Democracia(MDB, UNIÃO)</b>			
Randolfe Rodrigues(PT)(3)	AP 3303-6777 / 6568	1 Soraya Thronicke(PODEMOS)(3)	MS 3303-1775
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	2 Marcio Bittar(UNIÃO)(3)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261 / 2262 / 2268	3 Giordano(MDB)(3)(6)(9)	SP 3303-4177
Ivete da Silveira(MDB)(3)	SC 3303-2200	4 Weverton(PDT)(3)	MA 3303-4161 / 1655
Zequinha Marinho(PODEMOS)(3)(12)	PA 3303-6623	5 Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Leila Barros(PDT)(3)	DF 3303-6427	6 VAGO	
Izalci Lucas(PL)(3)	DF 3303-6049 / 6050	7 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)</b>			
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Zenaide Maia(PSD)(2)	RN 3303-2371 / 2372 / 2358	2 Lucas Barreto(PSD)(2)	AP 3303-4851
Jussara Lima(PSD)(2)	PI 3303-5800	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)(8)(15)	MT 3303-6408
VAGO(16)(2)(17)		4 Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768
Paulo Paim(PT)(2)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235	5 VAGO(2)(10)	
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301	7 Ana Paula Lobato(PDT)(2)	MA 3303-2967
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)</b>			
Magno Malta(PL)(1)	ES 3303-6370	1 Eduardo Gomes(PL)(11)	TO 3303-6349 / 6352
Romário(PL)(1)	RJ 3303-6519 / 6517	2 VAGO	
Eduardo Girão(NOVO)(5)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679	3 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)</b>			
Dr. Hiran(PP)(1)	RR 3303-6251	1 Laércio Oliveira(PP)(1)(13)(14)	SE 3303-1763 / 1764
Damara Alves(REPUBLICANOS)(1)	DF 3303-3265	2 Cleitinho(REPUBLICANOS)(1)	MG 3303-3811

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damara Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- (5) Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- (7) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- (8) Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).
- (9) Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).
- (10) Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023-BLRESDEM).
- (11) Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).
- (12) Em 29.08.2023, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 133/2023-BLDEM).
- (13) Em 30.08.2023, o Senador Laércio Oliveira deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 42/2023-BLALIAN).
- (14) Em 02.02.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 001/2024-GABLI/BLALIAN).
- (15) Em 05.02.2024, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 03/2024-BLRESDEM).
- (16) Em 08.04.2024, a Senadora Janaina Farias foi designada membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 17/2024-BLRESDEM).
- (17) Em 31.07.2024, a Senadora Janaina Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00  
 SECRETÁRIO(A): CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY  
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005  
 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
 E-MAIL: cdh@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**57ª LEGISLATURA**

Em 7 de agosto de 2024  
(quarta-feira)  
às 11h

**PAUTA**

33ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO**  
**PARTICIPATIVA - CDH**

	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

## PAUTA

### ITEM 1

#### PROJETO DE LEI Nº 4612, DE 2020

##### - Não Terminativo -

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para agravar a penalidade por estacionamento irregular de veículo em vagas reservadas a pessoas com deficiência ou a idosos.*

**Autoria:** Senadora Mara Gabrilli

**Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke

**Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.*

##### **Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

### ITEM 2

#### PROJETO DE LEI Nº 4122, DE 2021

##### - Não Terminativo -

*Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo.*

**Autoria:** Senador Fabiano Contarato

**Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:**

*A matéria vai à CDH e posteriormente à CCJ, em decisão terminativa*

##### **Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

### ITEM 3

#### SUGESTÃO Nº 13, DE 2022

##### - Não Terminativo -

*"Dispõe sobre o piso salarial da psicologia e carga horária de 30 horas"*

**Autoria:** Programa e-Cidadania

**Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli

**Relatório:** Favorável à sugestão, na forma do projeto de lei que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH.*

##### **Textos da pauta:**

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

### ITEM 4

**SUGESTÃO N° 1, DE 2023****- Não Terminativo -***Requer piso salarial aos psicólogos R\$ 4.900,00.***Autoria:** Programa e-Cidadania**Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli**Relatório:** Pela rejeição e arquivamento da sugestão.**Observações:***Tramitação: CDH.***Textos da pauta:**[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)[Sugestão \(CDH\)](#)**ITEM 5****PROJETO DE LEI N° 4974, DE 2023****- Não Terminativo -***Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.***Autoria:** Senador Eduardo Gomes**Relatoria:** Senadora Leila Barros**Relatório:** Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.**Observações:***Tramitação: CEsp, CDH e terminativo na CAS.**Em 28/02/2024 - a matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Esporte (CEsp).***Textos da pauta:**[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)[Parecer \(CEsp\)](#)[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)**ITEM 6****PROJETO DE LEI N° 5771, DE 2023****- Não Terminativo -***Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.***Autoria:** Senadora Mara Gabrilli**Relatoria:** Senadora Damares Alves**Relatório:** Favorável ao projeto.**Observações:***Tramitação: CDH, CAE e terminativo na CAS.***Textos da pauta:**[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)**ITEM 7****PROJETO DE LEI N° 5473, DE 2023**

**- Não Terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com transtorno do espectro autista nas instituições públicas e conveniadas, bem como sobre o direito à educação inclusiva e a profissional de apoio escolar.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e CE.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 8****PROJETO DE LEI Nº 5334, DE 2023****- Não Terminativo -**

*Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do caput do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Paulo Paim

**Relatório:** Favorável ao projeto.

**Observações:**

*Tramitação: CDH e CE.*

**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

**ITEM 9****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA Nº 43, DE 2024**

*Requer realização de audiência pública " A participação negra no sistema político eleitoral "*

**Autoria:** Senador Paulo Paim

**Textos da pauta:**

[Requerimento \(CDH\)](#)



1



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PROJETO DE LEI Nº , DE 2020**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para agravar a penalidade por estacionamento irregular de veículo em vagas reservadas a pessoas com deficiência ou a idosos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“**Art. 181.** .....

§ 3º Nas hipóteses previstas no inciso XX, aplica-se a multa agravada em 5 (cinco) vezes ou, em cada caso de reincidência dentro do período de 2 (dois) anos, agravada em 10 (dez) vezes.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Nas ruas das cidades por todo o país não é raro encontrar as vagas de estacionamento reservadas, exclusivas para pessoas com deficiência ou



idosas, ocupadas por pessoas que não possuem o direito de utilizar aquele espaço. A Lei Federal de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000) já determina que o Poder Público tem o dever, quando do planejamento e da urbanização das vias públicas, de reservas vagas exclusivas, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos.

Apesar de a legislação estar em vigor já há 20 anos, o desrespeito ainda é grande e configura uma das maiores queixas dos cidadãos com deficiência que se veem impedidos de utilizar, com segurança e autonomia, os espaços e mobiliários públicos, assim como os equipamentos urbanos e as suas edificações.

Em meados de 2019, Ramon Lopes Neto, membro da Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Comarca de Ribeirão Preto, no interior paulista, propôs à Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto S/A – TRANSERP a celebração de acordo, a fim de que essa entidade lhe enviasse mensalmente a lista completa das pessoas ali multadas por estacionar em vagas reservadas a idosos ou a pessoas com deficiência.

Ele passou, então, a notificar cada uma delas, apresentando uma oferta de natureza pedagógica: o infrator poderia optar entre assinar um termo de ajustamento de conduta (TAC), comprometendo-se, desse modo, a transferir aos fundos do idoso e da pessoa com deficiência daquela localidade o valor de dois mil reais, ou figurar como réu em uma ação civil pública (ACP), em que lhe seria exigido o pagamento de quatro mil reais, a título de indenização por danos morais coletivos.

Até o início de dezembro do ano passado, o promotor de justiça havia obtido acesso aos nomes de cerca de 800 potenciais destinatários da dita oferta, muitos dos quais, tendo sido de fato notificados, decidiram pagar, de pronto, os dois mil reais, até porque segue anexo à notificação o correspondente boleto bancário, o que facilita a decisão e abrevia aborrecimentos.

Mas, como é de se esperar, nem todos os infratores concordam com a proposta do promotor, o que tem feito com que ele realmente tenha de ingressar em juízo com ACPs, a fim de obter reparações pelos danos morais infringidos à parcela da coletividade a quem aquelas vagas de estacionamento são, afinal, reservadas.



SF/20303.95942-61

Nos fundamentos das petições que têm deflagrado o início dessas ações, Lopes Neto vai ao cerne da questão: a singela multa no valor de R\$ 293,47 (duzentos e noventa e três reais, quarenta e sete centavos), prevista, no inciso I do art. 258 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para punir infrações de trânsito de natureza gravíssima (como vem a ser o estacionamento indevido em vaga reservada a idosos ou a pessoas com deficiência, consoante o art. 181, inciso XX, da mesma lei), simplesmente não tem sido suficiente para coibir o cometimento do ilícito. E tal constatação do nobre promotor, perceba-se, afigura-se aplicável não apenas ao município ribeirão-pretano, mas à maioria dos centros urbanos do País, se não a todos.

Assim, por meio de uma habilidosa articulação de conceitos jurídicos, o luminar membro do *Parquet* engendrou o argumento inovador de que essa espécie de violação das leis de trânsito, diante de suas particularidades – sendo perpetrada em detrimento de minorias que, por sua intrínseca condição, são merecedoras de especial consideração e cuidado por parte de toda a sociedade (idosos e deficientes, sublinhe-se) –, deveria implicar não meramente a aplicação da multa prevista no CTB, mas também a exigência da referida reparação por danos morais coletivos.

Contudo, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi contrária a tais razões, e não apenas passou a representar em juízo alguns dos inconformados com o teor daquela notificação – o que é perfeitamente justificável, pois isso representa um de seus legítimos encargos –, como também ingressou, ela mesma, com uma ACP, a fim de barrar as iniciativas da promotoria.

Os defensores que assinaram a petição exordial dessa ação chegaram a negar a pertinência de todo e qualquer dano moral coletivo, alegando que a existência desse conceito seria, em si mesma, um equívoco, e isso a despeito de haver um sólido conjunto de disposições legais a conferir substância ao instituto (a exemplo do art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; do art. 6º, incisos VI e VII, combinados com art. 81, do Código de Defesa do Consumidor; e do art. 208 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Há, além disso, farta jurisprudência a repercutir esse arcabouço legal, provinda inclusive do Superior Tribunal de Justiça (STJ), como no caso do Recurso Especial (REsp) 1.057.274, em que se discutiu a resolução de uma concessionária de serviços de transporte público de condicionar a prévio cadastramento a utilização do benefício do acesso gratuito de idosos ao transporte coletivo (“passe livre”), apesar de o Estatuto do Idoso exigir apenas



SF/20303.95942-61

a apresentação de documento de identidade; REsp 1.180.078, em que se apreciaram as consequências jurídicas de um grave dano ambiental; e REsp 866.636, referente ao célebre caso das “pílulas de farinha”, as quais nada mais eram que o anticoncepcional Microvlar posto à venda sem seu princípio ativo, o que acarretou a gravidez indesejada de um sem-número de mulheres.

Bem, mas, em trechos outros daquela mesma exordial, os defensores ao menos apresentam, alternativamente, ponderações mais razoáveis que a negação pura e simples do instituto do dano moral coletivo, propugnando pela necessidade de aprovação de lei específica para o exercício da pretensão àquela reparação, a fim de que não reste configurada uma cobrança *bis in idem* (isto é, a pena recaindo duas vezes sobre o mesmo fato) e de que haja, além disso, parâmetros claros para que o valor da indenização por dano moral coletivo ora em discussão deixe de ser fixo e se torne individualizado, passando-se a levar em conta a condição econômica de cada infrator, em particular.

Outro argumento da Defensoria paulista – com que não necessariamente concordamos, mas no qual vislumbramos algum pendor para o reconhecimento de procedência pelos órgãos judicantes – é o de que a violação momentânea da mencionada regra de trânsito (CTB, art. 181, XX) “não se reveste de grave potencial causador de dano moral a toda a coletividade de uma só vez (ofensa à honra, dignidade etc.), até porque não caracteriza uma conduta permanente ou irreversível”. Contrariamente, “a conduta em tela teria atingido um número determinado/limitado de pessoas que poderiam estar naquele local, naquele momento e com as condições e requisitos legais para utilização da vaga”, sendo que qualquer argumentação que pretenda conduzir à indenização por dano moral difuso deveria imprescindivelmente tomar em consideração a multiplicidade de pessoas atingidas pela conduta, bem como a gravidade e a irreversibilidade do dano, como sói ocorrer, por exemplo, na hipótese de um grave dano ambiental.

O fato é que, conforme até a Defensoria Pública mesma reconhece, a penalidade ora fixada no CTB para o ato de estacionar indevidamente em vagas reservadas a idosos e pessoas com deficiência não tem bastado para coibir o desrespeito à lei. Diante disso, vimos agora, por meio deste projeto, propor uma solução capaz, queremos crer, de conciliar os posicionamentos divergentes esposados neste breve relato. Evitando o controverso debate acerca da procedência de dano moral difuso nesta hipótese, recorreremos simplesmente a mecanismos hoje já empregados na lei de regência da matéria, quais sejam o agravamento da pena e sua multiplicação em caso de reincidência.



SF/20303.95942-61

Assim, com a aprovação desta proposição, realizaremos, por via oblíqua, o nobre intento do promotor paulista, espraçando, ademais, as consequências de sua louvável iniciativa para todo o País.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4612, DE 2020

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para agravar a penalidade por estacionamento irregular de veículo em vagas reservadas a pessoas com deficiência ou a idosos.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)

---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985 - Lei da Ação Civil Pública (Defesa de Interesses Difusos); Lei dos Interesses Difusos - 7347/85  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1985;7347>
  - artigo 1º
- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>
  - artigo 181
- Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000 - Lei da Acessibilidade - 10098/00  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;10098>





SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE****PARECER Nº , DE 2024**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.612, de 2020, da Senadora Mara Gabrilli, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (*Código de Trânsito Brasileiro*), para agravar a penalidade por estacionamento irregular de veículo em vagas reservadas a pessoas com deficiência ou a idosos.

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei (PL) nº 4.612, de 2020, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, objetiva alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (*Código de Trânsito Brasileiro*), para agravar em cinco vezes a multa incidente sobre veículo que ocupar, irregularmente, vaga de estacionamento reservada a pessoas com deficiência ou idosos. Em caso de reincidência dentro do período de dois anos, a multa é aumentada em dez vezes. A lei resultante da aprovação do PL entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora explicita que não é raro que vagas exclusivas para pessoas com deficiência e idosos estejam ocupadas por pessoas que não possuem o direito de ocupar o referido espaço, não obstante a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (*Lei de Acessibilidade*), já estar em vigor há mais de duas décadas. Assim, considerando argumentos apresentados por membros do Ministério Público e da Defensoria Pública ambos do Estado de São Paulo e, ainda, em reconhecimento da insuficiência da penalidade atualmente prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro à infração gravíssima



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

mencionada, a autora entende necessária a aprovação da proposição apresentada.

A matéria foi despachada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, posteriormente, seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última manifestar-se em caráter terminativo.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proteção e inclusão social das pessoas com deficiência, bem como sobre fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas ao tema.

Relevantes medidas legislativas objetivam garantir o princípio constitucional da igualdade substancial também em relação às pessoas com deficiência e idosas. Podemos citar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e a Lei nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Não obstante esse considerável avanço, é fato que a busca pela efetiva garantia dos direitos de pessoas com deficiência e idosas é algo relativamente recente. Nesse sentido, a construção social discriminatória frente a esse segmento da sociedade não foi ainda totalmente desfeita, o que pode ser verificado pela permanência de determinadas ações, como a ocupação de vagas exclusivas para pessoas com deficiência e idosas por pessoas que não possuem o direito de ocupar esses espaços.

A multa prevista no inciso XX do art. 181 cumulado com o inciso I do art. 258 do Código de Trânsito Brasileiro busca evitar e punir tal conduta ilícita, considerada infração de trânsito de natureza gravíssima. Ocorre que o



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

atual valor dessa penalidade, de apenas R\$ 293,47, a impede de cumprir sua finalidade, visto que, por vezes, se mostra irrisória frente à situação financeira dos condutores de veículos que se enquadram no inciso XX do art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro. O valor aplicado não se demonstra fator inibidor da conduta que se pretende coibir.

É com a solução dessa questão que o PL busca contribuir, por meio do aumento do valor da referida multa, tornando-a instrumento efetivo no enfrentamento aos resquícios ainda existentes em nossa sociedade de desrespeito aos direitos da pessoa com deficiência e da pessoa idosa.

Evidentemente que o comportamento desejado não virá apenas com o aumento do valor da sanção. Pretendemos em última instância a mudança cultural. Mas cremos que, nesse caso extremo, o caminho educativo perpassa a majoração de penalidades por condutas que há décadas são repelidas pela sociedade.

Diante do grande mérito da proposição, indicamos apenas dois ajustes. Primeiro: sugerimos que a alteração da multa proposta pelo PL seja realizada no próprio inciso XX do art. 181, o qual prevê a sanção que ora se busca alterar, e não em novo parágrafo. Segundo: a fim de tornar a alteração proposta pelo PL mais proporcional às penalidades atribuídas a outras infrações de trânsito de natureza gravíssima, propomos que a multa seja agravada em três vezes e, no caso de reincidência dentro do período de dois anos, em cinco vezes.

**III – VOTO**

Em razão do que foi exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.612, de 2020, com a seguinte emenda:

**EMENDA Nº - CDH**

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.612, de 2020:



SENADO FEDERAL

**Gabinete da Senadora SORAYA THRONICKE**

SF/24631.32465-84

“**Art. 1º** O inciso XX do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 181.** .....  
.....

XX – nas vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosas, sem credencial que comprove tal condição:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa agravada em 3 (três) vezes ou, em caso de reincidência no período de até 2 (dois) anos, agravada em 5 (cinco) vezes;

Medida administrativa – remoção do veículo.

..... ’ (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4122, DE 2021

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo.

**AUTORIA:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo.

**Art. 2º** A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigor acrescida do seguinte art. 16-A:

“**Art. 16-A.** As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente pela prática das condutas previstas nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da empresa.

§ 1º As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas são:

I – multa;

II – restritiva de direitos;

III – prestação de serviços à comunidade.

§ 2º As penas restritivas de direito aplicáveis às pessoas jurídicas são:

I – suspensão parcial ou total das atividades;

II – interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III – proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações até o prazo de dez anos.

§ 3º A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá no custeio de programas, projetos ou serviços sociais relacionados à prevenção ou ao combate às condutas previstas nesta Lei.



SF/21533.36886-75

§ 4º A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas que sejam autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

§ 5º A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada e seu patrimônio será considerado instrumento do crime e, como tal, perdido em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

§ 6º Serão considerados na aplicação das sanções previstas neste artigo a existência, o funcionamento e a eficácia, conforme regulamento, de programas de treinamento relacionados à prevenção ou ao combate às condutas previstas nesta Lei, bem como de programas de promoção da diversidade no quadro de colaboradores da pessoa jurídica.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece, no § 5º de seu art. 174, a responsabilidade penal da pessoa jurídica nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular, sem prejuízo da responsabilidade individual de seus dirigentes.

Diante desse comando constitucional e como a defesa do meio ambiente constitui um dos princípios gerais da atividade econômica fixados pela nossa Constituição Federal (art. 170, VI), foi instituída, por meio da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime contra o meio ambiente. Nesse diploma legal, foram estabelecidas penas compatíveis com a natureza da pessoa jurídica, como multa, pena restritiva de direitos e prestação de serviços à comunidade.

Sendo assim, a Lei de Crimes Ambientais inaugurou, no nosso ordenamento jurídico, a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica. Entretanto, a nossa Carta Magna permite que a lei ordinária estabeleça outras hipóteses de responsabilidade penal dessas entidades, quando praticados atos contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.



SF/21533.36886-75



Nos termos dos incisos III e V do art. 170 da Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os princípio da função social da propriedade e da defesa do consumidor.

Ademais, o inciso VIII do art. 4º da Constituição Federal, estabelece que a República Federativa do Brasil deve se reger, em suas relações internacionais, pelo repúdio ao racismo, sendo que, nos termos do inciso XLII do art. 5º de nossa Carta Magna, *“a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”*.

Assim, a nossa Constituição Federal **não** tolera e reprime a prática de racismo, sendo que a ordem econômica, além de defender o consumidor, deve assegurar a todos uma existência digna, conforme a justiça social, devendo ainda a propriedade privada obedecer ao princípio da função social.

No nosso entendimento, o princípio da função social da propriedade privada, bem como a necessidade de se assegurar a todos uma existência digna nos termos da justiça social, não são cumpridos quando a pessoa jurídica, no exercício de atividade econômica, executa ou permite a prática do racismo.

Recentemente, repercutiu na mídia o caso da varejista Zara, que, em um shopping da cidade de Fortaleza (CE), estaria usando um “código” para alertar sobre a presença de clientes suspeitos na loja, especialmente aqueles que fossem negros ou que estivessem usando roupas simplórias.

Segundo pessoas com experiência no comércio, a utilização de tais códigos é comum e antiga nos estabelecimentos comerciais. Entretanto, a nosso ver, tal prática deveria ser concentrar em identificar clientes suspeitos com base em suas atitudes, e não em sua cor de pele ou vestimenta, o que constitui preconceito e discriminação.

Não podemos admitir condutas como essas, que, em geral, são incentivadas ou, até mesmo, estabelecidas, em cursos de treinamento, pelos gerentes, dirigentes ou representantes da pessoa jurídica. Em alguns casos, pode inclusive constituir em uma prática institucional da empresa, especialmente aquelas que trabalham com artigos de luxo.



Diante desse quadro, e com objetivo de cumprir os ditames constitucionais, que estabelecem a necessidade de a pessoa jurídica cumprir os princípios da função social da propriedade, da defesa do consumidor, da existência digna de todos e da justiça social, apresentamos o presente projeto de lei, com o objetivo de dispor sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica na prática do crime de racismo.

De forma a adequar as penalidades à natureza da pessoa jurídica, fixamos, da mesma forma como é feita na apuração dos crimes contra o meio ambiente, as penas de multa, restritiva de direito e prestação de serviços à comunidade. As penas restritivas de direito aplicáveis às pessoas jurídicas podem ser: i) a suspensão parcial ou total das atividades; ii) a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e iii) a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, até o prazo máximo de dez anos. Por sua vez, a prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá no custeio de programas, projetos ou serviços sociais relacionados à prevenção ou ao combate da prática de crime de racismo.

Estabelecemos que a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, que sejam autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato. Ademais, fixamos que a pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime de racismo terá decretada sua liquidação forçada e seu patrimônio será considerado instrumento do crime e, como tal, perdido em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, previsto na Lei nº 7.347, de 1985.

Por fim, determinamos que a adoção de medidas preventivas com relação à prática de atos discriminatórios constituirá elemento relevante na dosimetria das sanções aplicáveis. Pretende-se, assim, estimular a adoção destas medidas de modo análogo ao incentivo à adoção de programas de integridade e prevenção à corrupção, previsto na Lei Anticorrupção (art. 7, VIII da Lei nº 12.864, de 2013) e na nova Lei de Licitações (art. 156, §1º, V da Lei nº 14.133, de 2021).

Com essas medidas, pretendemos acabar com essa prática odiosa de muitos estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, prevenir e reprimir o crime de racismo em nosso país.



Feitas todas essas considerações, esperamos contar com o decisivo apoio das e dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



SF/21533.36886-75

---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - art4\_cpt\_inc8
  - art170\_cpt\_inc3
  - art170\_cpt\_inc5
- Lei nº 7.347, de 24 de Julho de 1985 - Lei da Ação Civil Pública (Defesa de Interesses Difusos); Lei dos Interesses Difusos - 7347/85  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1985;7347>
- Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989 - Lei Caó - 7716/89  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7716>
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
- Lei nº 12.864, de 24 de Setembro de 2013 - LEI-12864-2013-09-24 - 12864/13  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12864>
- Lei nº 14.133 de 01/04/2021 - LEI-14133-2021-04-01 , Lei de Licitações e Contratos - 14133/21  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2021;14133>



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO

## **PARECER Nº       , DE 2023**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.122, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que *altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo.*

Relatora: Senadora ANA PAULA LOBATO

### **I – RELATÓRIO**

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 4.122, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para dispor sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas pela prática de crime de racismo.

Para isso, a proposição, em seu art. 1º, define seu âmbito, a responsabilização penal, e seu objeto, a prática de racismo por pessoas jurídicas.

Em seu art. 2º, o PL inscreve novo art. 16-A na Lei nº 7.716, de 1989. O caput do novo artigo prevê a responsabilização civil, penal e administrativa das pessoas jurídicas que pratiquem as condutas que a lei tipifica, quando as práticas resultem de decisão de seu órgão colegiado ou de seu representante legal ou contratual e sejam do interesse ou de modo a beneficiar a empresa.

São seis os parágrafos do novo artigo.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora **ANA PAULA LOBATO**

O primeiro deles define, em seus três incisos, as penas a serem aplicadas, isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas: multa, restrição de direitos e prestação de serviços à comunidade.

O segundo parágrafo define as penas de restrição de direitos, que poderão ser a suspensão parcial ou total das atividades, a interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e a proibição, por até dez anos, de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

O terceiro parágrafo se dirige à pena de prestação de serviços à comunidade, que consistirá no custeio de programas, projetos ou serviços sociais relacionados à prevenção ou ao combate às condutas que a Lei 7.716, de 1989, tipifica.

O quarto parágrafo determina que a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade das pessoas físicas, isto é, dos indivíduos que sejam autores, coautores ou partícipes do ato.

O quinto parágrafo, por sua vez, tem nítido foco nas pessoas jurídicas constituídas ou usadas, preponderantemente, para praticar, facilitar ou ocultar a prática dos crimes definidos na Lei 7.716, de 1989. Elas serão forçosamente liquidadas e seu patrimônio, a ser considerado instrumento do crime, será perdido em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, previsto pela Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.

O sexto parágrafo, por fim, determina que, na aplicação, isto é, na dosimetria, das penas que o novo art. 16-A prevê, seja considerado o fato de pessoa jurídica empreender ou não programas de treinamento e prevenção aos crimes tipificados na Lei nº 7.716, de 2019, bem como programas de promoção da diversidade em seu quadro de colaboradores.

O terceiro artigo da proposição põe em vigor Lei que de si porventura resulte na data de sua publicação.

Em suas razões, o autor, inicialmente, deixa claro que a tipificação de pessoa jurídica já existe em nossa legislação constitucional, que estabelece, no § 5º de seu art. 173 (a que o texto da justificção se refere, por lapso, como



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete da Senadora ANA PAULA LOBATO**

art. 174), a responsabilização penal pelos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular. Argumenta em seguida que os incisos III e V do art. 170, que falam na função social da propriedade e no direito do consumidor, combinados com o inciso VIII do art. 4º, que estabelece o repúdio ao racismo como princípio das relações internacionais brasileiras, e com o inciso XLII do art. 5º, que considera a prática de racismo crime inafiançável e imprescritível, todos da Carta Magna, apontam para a constitucionalidade da ideia normativa de apenar a prática de racismo por pessoa jurídica.

Também lembra que previsão do mesmo tipo já está em lei ordinária, a saber, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998).

Por fim, ao concluir suas razões, aponta como principal alvo da proposição práticas comerciais arraigadas.

O PL nº 4.122, de 2021, foi distribuído para exame desta CDH, de onde seguirá para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## **II – ANÁLISE**

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matéria relativa a garantias dos direitos humanos, o que faz regimental seu exame do Projeto de Lei (PL) nº 4.122, de 2021.

A matéria será examinada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, razão pela qual vamos, aqui, nos concentrar em seus aspectos de mérito.

O valor da proposição é grande. Até mesmo no plano histórico pode-se enxergar, já, um lugar para tal ideia normativa. A busca dos direitos humanos, como se sabe nesta Casa, é constante e longa. A negação desses direitos, hoje se sabe melhor, se abriga nas sombras da sociedade. Convivemos



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora **ANA PAULA LOBATO**

com as autodeclarações não racistas da maioria da população e, simultaneamente, com a experiência da maioria das pessoas negras de serem alvos frequentes de racismo.

A proposição propõe uma solução para parte desse enigma. As pessoas jurídicas podem, sim, servir para abrigar e ocultar não apenas a prática, mas também seus mecanismos de reprodução. É até aí que a proposição leva a decisão de nossa sociedade de não tolerar a prática do racismo – aos porões em que as práticas são aprendidas, às “culturas empresariais”. Essas culturas, sejam na indústria, no comércio, nos serviços, na educação ou onde mais houver pessoas jurídicas, são confrontadas pela proposição, bem como instadas a combater, dentro de si mesmas, o racismo e todos os preconceitos que a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, tipifica.

A natureza penal da sanção oferece também um desagravo à sociedade brasileira, já farta dessas práticas racistas. O foco nas pessoas jurídicas denota, como já vimos, sentido estratégico e tirocínio social e histórico ao vislumbrar um esconderijo do racismo no interior das instituições.

Concluimos, assim, que a proposição, ainda que tardia, é mais do que bem vinda, e expressa bem os melhores desígnios e a indignação da sociedade brasileira.

### **III – VOTO**

Conforme os argumentos mostrados, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.122, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



3



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PARECER Nº           , DE 2024**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão (SUG) nº 13, de 2022, do(a) Programa e-Cidadania, que *“Dispõe sobre o piso salarial da psicologia e carga horária de 30 horas”*.

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

### **I – RELATÓRIO**

Vem a exame, desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – (CDH), a Sugestão nº 13, de 2022 recebida no Senado no âmbito do programa e-Cidadania.

Referida Sugestão, oriunda da Ideia Legislativa nº 163.833, busca estabelecer um piso salarial nacional para os psicólogos de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e uma jornada semanal de trabalho de 30 horas, sendo seu proponente o Sr. Sérgio Bastos, do Estado de Goiás.

A matéria recebeu, durante seu período de exibição na página do Senado, o total de 27.802 apoios, pelo que foi convertida na Sugestão que ora se examina.

Aponte-se, além disso, que há, também, a Sugestão nº 1, de 2023, com o mesmo objetivo geral.

## II – ANÁLISE

A CDH tem competência para analisar as sugestões encaminhadas no âmbito do programa e-Cidadania, a teor do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Sugestão, em seu aspecto material, diz respeito a tema de Direto do Trabalho, sendo de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, I, da Constituição.

Não existem, portanto, elementos que impeçam, do ponto de vista formal, seu processamento perante esta Comissão.

No mérito, concordamos com as razões de seu elaborador.

A introdução do piso salarial da enfermagem abriu um campo de atuação legislativa anteriormente inexistente: o do reconhecimento legislativo próprio das condições especiais de trabalho de algumas categorias da área de saúde, refletindo-se na fixação de um piso salarial nacional.

Sempre devemos nos recordar que essa percepção não se faz por um mero capricho do legislador, mas advém da grave perturbação social decorrente do advento da pandemia de covid-19, que demandou, sobretudo dos profissionais da saúde uma grande abnegação e uma grande dedicação, a fim de fazer frente a esse acontecimento.

Isso é verdade, também, em relação aos psicólogos. Trata-se de uma profissão que provoca elevado desgaste emocional e mental, em razão da necessária concentração para o correto tratamento dos clientes.

Além disso, encontra-se diretamente envolvida no encaminhamento das consequências da pandemia, que impôs não apenas consequências fisiológicas, mas graves danos psíquicos a grande parte da população.

Destarte, considerando-se que, ademais, o Projeto ainda será analisado pelo Congresso Nacional, entendemos cabível que seja recepcionada a presente Sugestão, inserindo os dispositivos pertinentes na Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que já regulamenta a profissão. Propomos, para tanto, que a jornada de trabalho do psicólogo empregado seja de até 30 (trinta) horas

semanais e que o piso salarial nacional seja fixado em R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais), seguindo o mesmo valor recentemente aprovado pelo Congresso Nacional para o piso dos profissionais enfermeiros.

### **III – VOTO**

Do exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 13, de 2022, e de sua conversão em Projeto de Lei, para regular processamento nesta Casa, na forma do seguinte Projeto de Lei:

## **PROJETO DE LEI Nº       , DE 2024**

Acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a jornada de trabalho e o piso salarial do Psicólogo.

### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** A Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, passa a vigorar acrescida dos seguintes art. 14-A e 14-B:

“**Art. 14-A.** A jornada de trabalho do psicólogo empregado é de até 30 (trinta) horas semanais.

“**Art. 14-B.** Para a jornada semanal de trabalho determinada no art. 14-A, é devido aos Psicólogos o piso salarial mensal de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais), a ser reajustado, anualmente, a partir do ano subsequente, no mês correspondente ao do início de sua vigência, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou de índice oficial que o venha a substituir, apurada nos doze meses imediatamente anteriores”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**OFÍCIO Nº 21/2022/SCOM**

Brasília, 3 de novembro de 2022

A Sua Excelência o Senhor  
SENADOR HUMBERTO COSTA  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
Brasília/DF

**Assunto: Ideia Legislativa nº 163833.**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

**MARCOS MACHADO MELO**  
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**ANEXO**

**FICHA INFORMATIVA**

**Ideia Legislativa nº 163833**

**Título**

Piso salarial da psicologia e carga horária de 30 horas.

**Descrição**

A aprovação de uma lei que fixa o piso salarial mínimo dos psicólogos(as) no valor de R\$ 5.000. E fixar uma carga horária de trabalho de 30 horas semanais. (sic)

**Mais detalhes**

A ideia principal é dar dignidade e valorização a uma classe que nos últimos anos vem sendo muito importante para a saúde, principalmente com advento da pandemia, E uma vergonha ver psicólogos(as) vivenciar uma situação de subemprego, sendo humilhado, não podendo ter o mínimo que é um piso salarial e uma carga horária!

A psicologia cuida, mas nos necessitamos ser cuidados! (sic)

**Identificação do proponente**

**Nome:** Sergio Bastos

**E-mail:** sergim11.sb@gmail.com

**UF:** GO

**Data da publicação da ideia:** 06/07/2022

**Data de alcance dos apoios necessários:** 18/08/2022

**Total de apoios contabilizados até 02/11/2022:** 27.802

**Página da Ideia Legislativa**

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=163833>



## LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 163833

UF	APOIOS
AC	194
AL	830
AM	360
AP	126
BA	1.716
CE	2.237
DF	1.217
ES	1.227
GO	905
MA	1.470
MG	2.135
MS	287
MT	538
PA	636
PB	556
PE	1.212
PI	465
PR	1.604
RJ	2.067
RN	559
RO	210
RR	100
RS	640
SC	653
SE	395
SP	4.741
TO	722
<b>TOTAL</b>	<b>27.802</b>





LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 163833

Nº   UF   Cidadão		
1	AC	ADRIANA BRAGA FIGUEIREDO   AD****@GMAIL.COM
2	AC	ADRIANA VERAS SALGADO   AD****@GMAIL.COM
3	AC	AECIO ACIOLI   AC****@GMAIL.COM
4	AC	AILE MARTINS   AI****@GMAIL.COM
5	AC	AILLA KADINY DOS SANTOS   AI****@GMAIL.COM
6	AC	ALVARO MICAEL DUARTE FONSECA   AL****@HOTMAIL.COM
7	AC	AMANDA CRISTINA   AM****@GMAIL.COM
8	AC	AMANDA OLIVEIRA SOUSA   AM****@GMAIL.COM
9	AC	AMANDA VINCE   DI****@GMAIL.COM
10	AC	ANA CLAUDIA KAHLO   AN****@GMAIL.COM
11	AC	ANA CRISTINA FRANCA   A.****@GMAIL.COM
12	AC	ANA JESSICA QUEIROZ DO NASCIMENTO   AN****@GMAIL.COM
13	AC	ANA PAULA JALES   AP****@GMAIL.COM
14	AC	ANA PAULA SOUZA   AN****@GMAIL.COM
15	AC	ANDREIA MACHADO   AN****@GMAIL.COM
16	AC	ANDREZA CARVALHO   AN****@GMAIL.COM
17	AC	ANGELA CARDIN   AN****@GMAIL.COM
18	AC	ANNIE SOARES   NA****@HOTMAIL.COM
19	AC	ANTONIA NAYANE MACHADO FREIRE   NA****@OUTLOOK.COM
20	AC	ANTONIA RIBEIRO   AN****@GMAIL.COM
21	AC	BARBARA LIMA   BA****@GMAIL.COM
22	AC	BEATRIZ DIAS   BD****@GMAIL.COM
23	AC	BETH CURI   BE****@YAHOO.COM.BR
24	AC	BRENDDA SOUZA   BR****@GMAIL.COM
25	AC	BRUNA DINIZ OLIVEIRA   DI****@HOTMAIL.COM
26	AC	CAIO NASCIMENTO   MT****@GMAIL.COM
27	AC	CAMILA VALADARES   CA****@GMAIL.COM
28	AC	CAROLINA BROGGIO   CA****@GMAIL.COM
29	AC	CAROLINA-TUAN GOMEZ BUTERA   CA****@GMAIL.COM
30	AC	CATARINA RIBEIRO DE LIMA GONCALVES   CA****@GMAIL.COM
31	AC	CENTRUM PSICOLOGIA   CE****@GMAIL.COM
32	AC	CLAUDIMAR LUIZ VITOR   CL****@HOTMAIL.COM
33	AC	CLAUDINEIA NASCIMENTO   CL****@GMAIL.COM
34	AC	CLAUDIO TELES   PS****@GMAIL.COM
35	AC	CLISTENES LOPES ABREU MOREIRA   CL****@HOTMAIL.COM
36	AC	CRIS CORREIA   CR****@GMAIL.COM
37	AC	CRISLAINE CAROLINA ARAUJO BONIFACIO   CR****@GMAIL.COM
38	AC	DANY MAGALHAES   DA****@HOTMAIL.COM
39	AC	DEANDRISON DE OLIVEIRA AMARAL   DE****@GMAIL.COM
40	AC	DEBORA MADERA   DE****@GMAIL.COM
41	AC	DEISE GONCALVES   DE****@GMAIL.COM
42	AC	DEMERVAL FIDELES BARBOZA AMORIM   DE****@GMAIL.COM
43	AC	EDMARA VERGNA MANTOVANI   ED****@HOTMAIL.COM
44	AC	EDY BASTOS MICHALCZUK   EU****@GMAIL.COM
45	AC	ELAINE BATISTA DE OLIVEIRA   EL****@GMAIL.COM
46	AC	ELIANE BARRETO   PS****@YAHOO.COM.BR
47	AC	ELIANE FIGUEIREDO SOUZA JARDIM CORREA   EL****@GMAIL.COM
48	AC	ELISANGELA COUTINHO   AN****@HOTMAIL.COM
49	AC	ELIZABETH IGNACIO   EL****@YAHOO.COM.BR
50	AC	ELIZ MARINE WIGGERS   EL****@GMAIL.COM
51	AC	ERICA CRISTINA DE SOUSA OLIVEIRA   ER****@OUTLOOK.COM.BR
52	AC	ERIKA HOTH   KA****@GMAIL.COM
53	AC	EURI VALLE   EU****@GMAIL.COM
54	AC	EVA FARDIN   EV****@GMAIL.COM
55	AC	FABIANA ASSUNCAO   FA****@GMAIL.COM
56	AC	FABIANA GALEGO   FA****@HOTMAIL.COM
57	AC	FAUSTINA CRUZ   WR****@GMAIL.COM
58	AC	FERNANDA MIECZNICOVSKI   FM****@GMAIL.COM
59	AC	FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA DA SILVA   FR****@GMAIL.COM
60	AC	GABRIELLE PAGANUCCI   GA****@GMAIL.COM
61	AC	GAL BRASILEIRO   BR****@GMAIL.COM
62	AC	GEREMIAS SANTANA   GE****@GMAIL.COM
63	AC	GESSE BARROZO   GE****@GMAIL.COM
64	AC	GI DAIDONE   GI****@GMAIL.COM
65	AC	GIORDANA BRAVIN   GI****@GMAIL.COM
66	AC	GISELE LEAL   GI****@GMAIL.COM
67	AC	HELIDA JALMIRA FEITOSA SANTOS MOURA   HE****@HOTMAIL.COM
68	AC	HELIO DA SILVA JUNIOR   HE****@GMAIL.COM
69	AC	IGOR SECATE   IG****@GMAIL.COM
70	AC	INAYARA SUELLEM   IS****@GMAIL.COM
71	AC	INGRIDI-ANE S. LOPES HUNHOFF   IN****@YAHOO.COM.BR
72	AC	IONE APARECIDA XAVIER   IA****@HOTMAIL.COM
73	AC	ISABELA GUEDES PETRUCELI   IS****@GMAIL.COM
74	AC	ISABEL STASI BALBI   BE****@GMAIL.COM
75	AC	ISADORA MOTA DALBONI GONZAGA   IS****@HOTMAIL.COM
76	AC	ISIS CERQUEIRA   IS****@GMAIL.COM
77	AC	JAKELINE RODRIGUES LOUREIRO   JA****@GMAIL.COM
78	AC	JAMILE FRAGA   JA****@GMAIL.COM
79	AC	JANDER NOBRE   JA****@GMAIL.COM
80	AC	JESSICA THALMA   PC****@GMAIL.COM
81	AC	JOCIANI ANDRADE REUSE   JO****@GMAIL.COM
82	AC	JOHNSON ARAUJO   JO****@GMAIL.COM
83	AC	JORGE WILLIAM   JO****@GMAIL.COM
84	AC	JOYCE ZANONI PIANIZOLI   JO****@GMAIL.COM
85	AC	JUDITE MATOS   JU****@GMAIL.COM
86	AC	JULIANA BARBOSA PEZZINI   JU****@GMAIL.COM
87	AC	JULIANA CARVALHO   JU****@GMAIL.COM
88	AC	KAREN DE MELLO   AL****@GMAIL.COM
89	AC	KARINE LOUISE   KA****@GMAIL.COM
90	AC	KELI SOUZA BARBOSA   KE****@GMAIL.COM
91	AC	KELLY BEZERRA ROCHA   KE****@GMAIL.COM
92	AC	KELLY PINHEIRO MAGALHAES   KE****@HOTMAIL.COM
93	AC	KELLY S   KE****@GMAIL.COM
94	AC	LAIS JUVENCIO DE OLIVEIRA   LA****@GMAIL.COM
95	AC	LAURA FREITAS   LA****@GMAIL.COM
96	AC	LAURENCE RIBEIRO   LA****@GMAIL.COM
97	AC	LENI BARBOSA   LE****@GMAIL.COM
	AC	LETICIA STEFANE   LE****@GMAIL.COM
	AC	LIA BURLAMAQUI VASCONCELOS   LI****@YAHOO.COM.BR
	AC	LIA QUINTELLA   LI****@GMAIL.COM
	AC	LIVIA LEMOS   LI****@HOTMAIL.COM
	AC	LOHANA LOPES   LO****@GMAIL.COM
	AC	LUANA OLIVEIRA   LU****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 163833

Nº   UF   Cidadão		
104	AC	LUANA OLIVEIRA   LU****@GMAIL.COM
105	AC	LUCAS DOS SANTOS PAULUCIO   LU****@GMAIL.COM
106	AC	LUCIA MARY   LU****@GMAIL.COM
107	AC	LUCIANA SOUZA   LU****@GMAIL.COM
108	AC	LUCIANE LIMA   LU****@HOTMAIL.COM
109	AC	LUCIVAL PAIXAO   LU****@GMAIL.COM
110	AC	LUDMILA DA SOLEDADE ROCHA PORTO   LU****@GMAIL.COM
111	AC	MARA BLACKMAN   MA****@GMAIL.COM
112	AC	MARCELO FERNANDES   MA****@GMAIL.COM
113	AC	MARCIA REGINA NASCIMENTO AQUINO   MR****@GMAIL.COM
114	AC	MARGARETH FERNANDES   MA****@GMAIL.COM
115	AC	MARIA BERENICE LOPES BARBOSA   BE****@GMAIL.COM
116	AC	MARIA DA GLORIA LEITE MENDONCA   GL****@GMAIL.COM
117	AC	MARIA DAS GRACAS VASCONCELLOS DE SOUZA   MG****@GMAIL.COM
118	AC	MARIA FLORISA SOBRALINO DE OLIVEIRA   PS****@GMAIL.COM
119	AC	MARIA JUCILEIDE SILVA   LE****@GMAIL.COM
120	AC	MARIA JULIA AMORIM   MA****@GMAIL.COM
121	AC	MARIA LUCIA SAVASSI ROCHA   ML****@HOTMAIL.COM
122	AC	MARIA LUIZA   MA****@GMAIL.COM
123	AC	MARIANA BRAMBILA   MA****@GMAIL.COM
124	AC	MARIANA FIGUEIREDO BARROS   MA****@HOTMAIL.COM
125	AC	MARIANA JESSICA   MA****@GMAIL.COM
126	AC	MARIANGELA PINTO DA FONSECA WECHSLER   MA****@GMAIL.COM
127	AC	MARIA WYLINETE FERNANDES CAVALCANTE   WY****@GMAIL.COM
128	AC	MARILEIDE COUTO   LE****@HOTMAIL.COM
129	AC	MARILIA RODRIGUES   MA****@GMAIL.COM
130	AC	MATEUS ESLY   MA****@HOTMAIL.COM
131	AC	MAYARA LUZ   MA****@OUTLOOK.COM
132	AC	MAYARA PICOLI   MA****@HOTMAIL.COM
133	AC	MAYRA KALINE   MA****@GMAIL.COM
134	AC	MEIRE GAZIO   ME****@HOTMAIL.COM
135	AC	MELISSA B MARINHO   ME****@GMAIL.COM
136	AC	MICHAEL MOREIRA   MC****@GMAIL.COM
137	AC	MILLY BATHORY   JA****@GMAIL.COM
138	AC	MIRIAM OLIVEIRA   OL****@HOTMAIL.COM
139	AC	MIRLENE CAMPOS   MI****@GMAIL.COM
140	AC	MONICA SCALIA   MO****@GMAIL.COM
141	AC	OSIEL ARNOY ORTEGA GONZALEZ   HO****@GMAIL.COM
142	AC	PALOMA MESQUITA   PA****@GMAIL.COM
143	AC	PATRICIA MARQUEZINI   PA****@GMAIL.COM
144	AC	PATRICIA OLIVEIRA GOMES   PA****@GMAIL.COM
145	AC	PATRICIA REMONDINI   PA****@GMAIL.COM
146	AC	PATRICIA SATIKO TANNO   PA****@GMAIL.COM
147	AC	PAULA XAVIER FERREIRA FOGACA   PX****@HOTMAIL.COM
148	AC	PAULO RICARDO BONFIM   PA****@HOTMAIL.COM
149	AC	RACHEL SILVA   RA****@GMAIL.COM
150	AC	RAFAEL SASS   PS****@GMAIL.COM
151	AC	RAIMUNDO MAGNO   RA****@GMAIL.COM
152	AC	RAISSA GREJANIN   RA****@HOTMAIL.COM
153	AC	RAYANE ASSIS   GE****@GMAIL.COM
154	AC	REBECA SALES   SA****@GMAIL.COM
155	AC	RITA FERRARI   RC****@GMAIL.COM
156	AC	ROGERIO BARULHADA   BA****@GMAIL.COM
157	AC	ROMULO OLIVEIRA   RO****@GMAIL.COM
158	AC	RONALDO RAMOS   RR****@UOL.COM.BR
159	AC	ROSA LEMOS   RO****@GMAIL.COM
160	AC	ROSANGELA SOUSA   RO****@GMAIL.COM
161	AC	ROSE MAYRE DE OLIVEIRA MACEDO PEREIRA   RO****@GMAIL.COM
162	AC	ROSILENE DE SOUSA SANTOS   RO****@HOTMAIL.COM
163	AC	RUBERVAL RIBEIRO   RU****@GMAIL.COM
164	AC	SANDRA NUNES   PS****@HOTMAIL.COM
165	AC	SAYONARA MODESTO   AL****@GMAIL.COM
166	AC	SHEYLA ORMOND CORDEIRO   SH****@HOTMAIL.COM
167	AC	SIDENIR VIEIRA   SI****@YAHOO.COM.BR
168	AC	SIMONE MARIA CAVALCANTE BORGES ALVES   SI****@GMAIL.COM
169	AC	SIRLETE FRANCA   SI****@GMAIL.COM
170	AC	SIR YANN BINA   YA****@GMAIL.COM
171	AC	SONIA MARA SOUZA   SO****@GMAIL.COM
172	AC	SUZANA DE MAGALHAES SIMOES   SU****@GMAIL.COM
173	AC	TAINA SERNALDO   FR****@GMAIL.COM
174	AC	TAIZA FERREIRA LUZ   TA****@HOTMAIL.COM
175	AC	TALINE OLIVEIRA   OL****@GMAIL.COM
176	AC	TAMILA GADELHA COSTA   TA****@GMAIL.COM
177	AC	THAINA LOPES   TH****@HOTMAIL.COM
178	AC	THAIS CHRISTO ROCHA   TH****@HOTMAIL.COM
179	AC	THAIS CRISTINA GABRIEL   TH****@GMAIL.COM
180	AC	THAIS CRISTINE DE BARROS LESSA   TH****@GMAIL.COM
181	AC	THIAGO MELO   TH****@GMAIL.COM
182	AC	TINA TANIA NUNES BARBOSA   TI****@GMAIL.COM
183	AC	*TIO KENPACHI *   AR****@GMAIL.COM
184	AC	VALERIA DAMASCENO   VA****@GMAIL.COM
185	AC	VALERIA LIMA   LY****@GMAIL.COM
186	AC	VALERIA S. LIMA   CO****@GMAIL.COM
187	AC	VERA LUCIA DE JESUS OLIVEIRA DA SILVA   VE****@GMAIL.COM
188	AC	VERA LUCIA LOBO   VE****@GMAIL.COM
189	AC	VERA LUCIA SOUZA   VE****@HOTMAIL.COM
190	AC	VERONICA HENRIQUES DA SILVA PESSOA   VE****@GMAIL.COM
191	AC	VICTORIA MAGALHAES   PS****@GMAIL.COM
192	AC	VICTOR IURI   V1****@GMAIL.COM
193	AC	VIVIANE FARIAS   VI****@GMAIL.COM
194	AC	YASMIN ALVES   YA****@GMAIL.COM
195	AL	ADDAM LIMA   AD****@GMAIL.COM
196	AL	ADEMIR BARBOZA SANTOS   AD****@GMAIL.COM
197	AL	ADJALMA SATURNINO DE FARIAS FILHO   AD****@BOL.COM.BR
198	AL	ADRIANA REGO LIMA COSTA   PS****@HOTMAIL.COM
199	AL	ADRIANE BERNARDO   AD****@GMAIL.COM
200	AL	ADRIANO LIMA   AD****@GMAIL.COM
		AL   ADRIANO ROBERTO ALVES DA SILVA   AD****@GMAIL.COM
		AL   ADRYELLE CORREIA   AD****@GMAIL.COM
		AL   ADSON CORREIA   AD****@GMAIL.COM
		AL   AKAIANOBRE MENDES   AK****@GMAIL.COM
		AL   ALAN MEDEIROS   AL****@GMAIL.COM
		AL   ALAN MELO.   AL****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 163833

Nº   UF   Cidadão		
207	AL	ALBIRATAN CANDIDO   AL****@GMAIL.COM
208	AL	ALECIA ROCHA   AL****@GMAIL.COM
209	AL	ALEF RIBEIRO   AA****@GMAIL.COM
210	AL	ALESIANE OLIVEIRA   AL****@GMAIL.COM
211	AL	ALESSANDRA MOURA   AL****@GMAIL.COM
212	AL	ALESSANDRO FERREIRA DE MORAIS   AL****@YAHOO.COM.BR
213	AL	ALICE BARBOSA   AL****@GMAIL.COM
214	AL	ALICE FARIAS   AL****@GMAIL.COM
215	AL	ALICE MENDES   AA****@GMAIL.COM
216	AL	ALICE TOSCANO   AL****@GMAIL.COM
217	AL	ALICIA CAVALCANTE   AL****@GMAIL.COM
218	AL	ALICIA NUNES   PS****@GMAIL.COM
219	AL	ALICIA SIEBENEICHLER BRANCO   AL****@HOTMAIL.COM
220	AL	ALINE DE ARAUJO SILVA   KJ****@GMAIL.COM
221	AL	ALINE GRASY   AL****@GMAIL.COM
222	AL	ALINE NOGUEIRA   AL****@GMAIL.COM
223	AL	ALINE STEFANY   AS****@GMAIL.COM
224	AL	ALINE THATIANE   AL****@GMAIL.COM
225	AL	ALINNE FERREIRA   AL****@GMAIL.COM
226	AL	ALISSON VIEIRA   AT****@GMAIL.COM
227	AL	ALLAN KRYSTHIAN JOHNNIER   KR****@GMAIL.COM
228	AL	ALTINA ANDRADE   AL****@HOTMAIL.COM
229	AL	ALYNNE ACIOLI   AL****@GMAIL.COM
230	AL	ALYNNE ACIOLI SANTOS   AL****@UNCISAL.EDU.BR
231	AL	AMANDA COSTA   MA****@GMAIL.COM
232	AL	AMANDA FERREIRA   AM****@GMAIL.COM
233	AL	AMANDA MARIA PEREIRA CRISPIM   MA****@GMAIL.COM
234	AL	AMANDA MELO   AM****@GMAIL.COM
235	AL	AMANDA NOBRE LOPES   AM****@HOTMAIL.COM
236	AL	AMANDA OLIVEIRA   AM****@GMAIL.COM
237	AL	AMANDA PATRICIA DE ALMEIDA CAVALCANTE   AM****@GMAIL.COM
238	AL	AMANDA SANTOS   AM****@ARAPIRACA.UFAL.BR
239	AL	AMANDA TALYTHA   AM****@GMAIL.COM
240	AL	AMANDA VIEIRA   AM****@GMAIL.COM
241	AL	AMANDA VIEIRA   AM****@GMAIL.COM
242	AL	AMELIA OLIVEIRA   AM****@GMAIL.COM
243	AL	ANA BEATRIZ   BE****@GMAIL.COM
244	AL	ANA DEISY CARVALHO SILVA   AN****@OUTLOOK.COM
245	AL	ANA IZABEL OLIVEIRA DE ALMEIDA   AN****@GMAIL.COM
246	AL	ANALIA KATARINNE   AN****@GMAIL.COM
247	AL	ANALINNE MAIA   MA****@GMAIL.COM
248	AL	ANA LUCIA   AN****@GMAIL.COM
249	AL	ANA MARIA MARINHO OLIVEIRA   AN****@GMAIL.COM
250	AL	ANA MARIA SILVA MELO DE ALBUQUERQUE   AN****@GMAIL.COM
251	AL	ANAMARINA SOARES   AN****@GMAIL.COM
252	AL	ANA PAULA DE OLIVEIRA SILVA   AN****@HOTMAIL.COM
253	AL	ANA PAULA ISIDORO   AN****@GMAIL.COM
254	AL	ANA ROCHA   AN****@IP.UFAL.BR
255	AL	ANA SOUZA   CA****@CLOUD.COM
256	AL	ANA VITORIA FORTUNATO DO NASCIMENTO   AN****@GMAIL.COM
257	AL	ANDERSON COSTA   AN****@GMAIL.COM
258	AL	ANDERSON FILHO   AN****@GMAIL.COM
259	AL	ANDERSON PAULO DA SILVA   AN****@GMAIL.COM
260	AL	ANDERSON VASCONCELOS   EU****@GMAIL.COM
261	AL	ANDREESSA LINS   AN****@GMAIL.COM
262	AL	ANDRE GONCALVES   A.****@GMAIL.COM
263	AL	ANDRE HOLANDA   AN****@GMAIL.COM
264	AL	ANDRESSA FERREIRA   AN****@GMAIL.COM
265	AL	ANDRESSA FERREIRA   AN****@GMAIL.COM
266	AL	ANDRESSA LOBO   AN****@GMAIL.COM
267	AL	ANDRESSA RAYANE   AN****@GMAIL.COM
268	AL	ANDRESSA SILVA   AN****@IP.UFAL.BR
269	AL	ANDREZZA ABREU   PS****@GMAIL.COM
270	AL	ANE CAROLINE   AN****@GMAIL.COM
271	AL	ANGELICA NOBRE MENDES   AN****@GMAIL.COM
272	AL	ANGELICA NOBRE MENDES   NO****@GMAIL.COM
273	AL	ANINHA SOUZA   AN****@GMAIL.COM
274	AL	ANNA ALICE   AL****@HOTMAIL.COM
275	AL	ANNA JULIA GIURIZATTO MEDEIROS   AN****@GMAIL.COM
276	AL	ANNE RODRIGUES TELES   AN****@HOTMAIL.COM
277	AL	ANNYELE RAMONI   AN****@GMAIL.COM
278	AL	ANTONIO JUNIOR   AN****@FEAC.UFAL.BR
279	AL	ANTONIO LUCAS FERREIRA FEITOSA   TO****@OUTLOOK.COM
280	AL	ARIADNE HELENA MERCADO   AR****@GMAIL.COM
281	AL	ARIANA DA SILVA   AR****@GMAIL.COM
282	AL	ARICLENIA FREIRE   AR****@GMAIL.COM
283	AL	ARIELLY LARISSA   AR****@GMAIL.COM
284	AL	ARIGLEICE KELLY NEVES DA SILVA   AR****@HOTMAIL.COM
285	AL	ARISTELLA LEMOS   AR****@GMAIL.COM
286	AL	ARTHUR GAMA   TU****@GMAIL.COM
287	AL	ARTHUR MOURA GAMA   AR****@GMAIL.COM
288	AL	ARTHUR MOURA GAMA   AR****@SOUUNIT.COM.BR
289	AL	AUDREW MICHELLE   AU****@GMAIL.COM
290	AL	AYSHA BUARQUE   AY****@GMAIL.COM
291	AL	BARBARA ANDRADE   PS****@GMAIL.COM
292	AL	BARBARA ROCHA DE ALBUQUERQUE   BA****@OUTLOOK.COM
293	AL	BEATRIZ ALVES   BE****@GMAIL.COM
294	AL	BEATRIZ BARBOSA   BE****@GMAIL.COM
295	AL	BEATRIZ MARIA ALENCAR LIRA   LI****@GMAIL.COM
296	AL	BEATRIZ MELO RUMAO FERREIRA   BE****@HOTMAIL.COM
297	AL	BEATRIZ MOTTA   MB****@GMAIL.COM
298	AL	BEATRIZ NERI   BE****@GMAIL.COM
299	AL	BEATRIZ PAULINO   BE****@GMAIL.COM
300	AL	BEATRIZ PESSOA   BE****@GMAIL.COM
301	AL	BEATRIZ PESSOA   BE****@IP.UFAL.BR
302	AL	BEATRIZ PESSOA   LA****@GMAIL.COM
303	AL	BEATRIZ XAVIER   BE****@GMAIL.COM
	AL	BEATRYZ XAVIER   XB****@GMAIL.COM
	AL	B FIRMINO   BR****@OUTLOOK.COM
	AL	BIANCA REIS   BI****@GMAIL.COM
	AL	BRENDA GODOY   DI****@GMAIL.COM
	AL	BRUNA KELLY   BR****@GMAIL.COM
	AL	BRUNA LANAY   BR****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 163833

Nº   UF   Cidadão		
310	AL	BRUNA MALTA   BR****@GMAIL.COM
311	AL	BRUNA MEDEIROS   BR****@GMAIL.COM
312	AL	BRUNA MIQUELAN   BR****@HOTMAIL.COM
313	AL	BRUNA NUNES   BR****@GMAIL.COM
314	AL	BRUNA TAIS   BR****@HOTMAIL.COM
315	AL	BRUNO ALIFE   BR****@GMAIL.COM
316	AL	BRUNO ALVES DA SILVA   BR****@GMAIL.COM
317	AL	CAIO EDUARDO SN   CA****@GMAIL.COM
318	AL	CAIO LEMOS   FR****@GMAIL.COM
319	AL	CAMILA AGUIAR   MI****@GMAIL.COM
320	AL	CAMILA BARBOSA   CA****@GMAIL.COM
321	AL	CAMILA BARROS   KA****@GMAIL.COM
322	AL	CAMILA GOMES DE MORAES   CG****@GMAIL.COM
323	AL	CAMILA LUNA   CA****@GMAIL.COM
324	AL	CAMILA MACARIO   MI****@GMAIL.COM
325	AL	CAMILA MELO   CA****@GMAIL.COM
326	AL	CAMILA MONTE   PS****@GMAIL.COM
327	AL	CAMILA OLIVEIRA   OL****@GMAIL.COM
328	AL	CAMILLA NUNES FERREIRA   CA****@HOTMAIL.COM
329	AL	CANDICE OCEAN   KU****@GMAIL.COM
330	AL	CARINE GOUVEIA   CA****@GMAIL.COM
331	AL	CARLA ANDREZA   CA****@GMAIL.COM
332	AL	CARLA CAVALCANTE   CA****@GMAIL.COM
333	AL	CARLA MICKAELLY   CA****@GMAIL.COM
334	AL	CARLIANE BATISTA   CA****@GMAIL.COM
335	AL	CARLOS BARBOZA RODRIGUES   CA****@GMAIL.COM
336	AL	CARLOS BERNARDO ALEXANDRE FERREIRA   CA****@GMAIL.COM
337	AL	CARLOS JEAN   CA****@GMAIL.COM
338	AL	CARLOS JEFERSON   CA****@GMAIL.COM
339	AL	CARLOS JEFERSON   ES****@GMAIL.COM
340	AL	CARLOS OLIVEIRA   CA****@GMAIL.COM
341	AL	CAROLINA HONORIO   HO****@GMAIL.COM
342	AL	CAROL ROL   CA****@GMAIL.COM
343	AL	CAROL VALDEVINO   CA****@GMAIL.COM
344	AL	CATARINA CARVALHO   CA****@GMAIL.COM
345	AL	CATARINA DIAS TAVARES   CA****@GMAIL.COM
346	AL	CCLODOALDO LOPESS   CL****@HOTMAIL.COM
347	AL	CECILIA MARIA LIMA COSTA   CE****@OUTLOOK.COM
348	AL	CELINDIARA NACIMENTO   CE****@GMAIL.COM
349	AL	CELY ROCHA   CE****@GMAIL.COM
350	AL	CESAR MESSIAS   CE****@GMAIL.COM
351	AL	CICERA CAVALCANTI   CI****@GMAIL.COM
352	AL	CICERA FRANCISCA OLIVEIRA SILVA   CI****@GMAIL.COM
353	AL	CICERA PINHEIRO   PS****@GMAIL.COM
354	AL	CINTIA NATILIA   CI****@GMAIL.COM
355	AL	CLARICE DE CARVALHO ALEXANDRINO   CL****@GMAIL.COM
356	AL	CLAUDIA PESSOA   CC****@GMAIL.COM
357	AL	CLAUDIO ALMEIDA   CL****@GMAIL.COM
358	AL	CLEANE LACERDA   LA****@GMAIL.COM
359	AL	CLEDJA NADIEJE   CL****@GMAIL.COM
360	AL	CLEIDE FREITAS DA SILVA   CL****@GMAIL.COM
361	AL	CLEMERSON SILVA   SI****@GMAIL.COM
362	AL	CORA PAES   CO****@GMAIL.COM
363	AL	CRISLANE MELO   CR****@GMAIL.COM
364	AL	CRISLAYNE MARQUES   LA****@GMAIL.COM
365	AL	CRISTAL NOT REED   CR****@GMAIL.COM
366	AL	CRISTIAN DE LIMA   1C****@GMAIL.COM
367	AL	CRISTOVAO FILHO   CR****@GMAIL.COM
368	AL	CYNTHIA ANDRESSA SILVA MELO   CY****@HOTMAIL.COM
369	AL	DANIELA DE ALMEIDA PEREIRA   DA****@GMAIL.COM
370	AL	DANIEL DE JESUS NABUCO   DA****@GMAIL.COM
371	AL	DANIELLE CAVALCANTI DA SILVA   DA****@GMAIL.COM
372	AL	DANIELLE GALVAO   DA****@GMAIL.COM
373	AL	DANI OMENA   DA****@GMAIL.COM
374	AL	DANYELLE PEREIRA DE SANTANA   DA****@GMAIL.COM
375	AL	DANYELLE PEREIRA DE SANTANA   DA****@GMAIL.COM
376	AL	DANYELLE PEREIRA DE SANTANA   DA****@GMAIL.COM
377	AL	DANY LIMA   DA****@GMAIL.COM
378	AL	DAVI SANDES   DA****@GMAIL.COM
379	AL	DAVI VIEIRA DE SOUZA CUNHA   GA****@GMAIL.COM
380	AL	DAVSON NUNES   DA****@GMAIL.COM
381	AL	DAYANNE RAMOS   DA****@GMAIL.COM
382	AL	DAYANNI RIBEIRO   DA****@GMAIL.COM
383	AL	DEBORA ASSIS   DE****@GMAIL.COM
384	AL	DEBORA CAVALCANTE   CA****@GMAIL.COM
385	AL	DEBORA RAYANNE   DE****@GMAIL.COM
386	AL	DEISE RENATA OLIVEIRA DA SILVA   FG****@GMAIL.COM
387	AL	DEISIANE SILVA   DE****@GMAIL.COM
388	AL	DENIS LIMA   LI****@GMAIL.COM
389	AL	DHARA FREITAS   DH****@GMAIL.COM
390	AL	DIANA ACIOLI REBELO   DI****@HOTMAIL.COM
391	AL	DIEGO GABRIEL   DI****@GMAIL.COM
392	AL	DIEGO VIEIRA   DI****@GMAIL.COM
393	AL	DINOSSAURO DE CHAPEU   IC****@GMAIL.COM
394	AL	DIOGENES PEREIRA   DI****@GMAIL.COM
395	AL	DIOGO LONCELLOT   DI****@GMAIL.COM
396	AL	DJALMA LOPES   DJ****@YAHOO.COM.BR
397	AL	DOMINGAS SANTOS   DO****@GMAIL.COM
398	AL	DOUGLAS JULIAO   DO****@GMAIL.COM
399	AL	DRA. CRISTIANE SOUZA PSICOLOGA E CONSULTORA   CR****@GMAIL.COM
400	AL	D. R.   DA****@GMAIL.COM
401	AL	EDILANE LIRA   ED****@HOTMAIL.COM
402	AL	EDJAND ALVES DOS SANTOS SILVA   AL****@GMAIL.COM
403	AL	EDSANGELA MARIA PORTO PALMEIRA SILVA   ED****@HOTMAIL.COM
404	AL	EDSON ACIOLI   AC****@GMAIL.COM
405	AL	EDUARDA SANTOS   DU****@GMAIL.COM
406	AL	EDUARDO PEREIRA   ED****@GMAIL.COM
	AL	EDUARDO SURUAGY   ED****@GMAIL.COM
	AL	ELAINE BRANDAO   BS****@GMAIL.COM
	AL	ELEBERTHY MIGUEL ROCHA ALVES   EL****@SOUUNIT.COM.BR
	AL	ELIANE MARIA BATISTA DA SILVA   LI****@HOTMAIL.COM
	AL	ELIDE RODRIGUES   EL****@GMAIL.COM
	AL	ELINE OLIVEIRA   EL****@ARAPIRACA.UFAL.BR



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 163833

Nº   UF   Cidadão		
413	AL	ELISABETE HENRIQUE SILVA DE MACEDO   EL****@GMAIL.COM
414	AL	ELISABETH MARTINS DA SILVA   PS****@GMAIL.COM
415	AL	ELISIANE SANTANA   EL****@GMAIL.COM
416	AL	ELIZABETHE REBELO   RE****@GMAIL.COM
417	AL	ELLEN BORGES TENORIO GALDINO   EL****@GMAIL.COM
418	AL	ELLEN VERAS   EL****@HOTMAIL.COM
419	AL	ELLEN VIEIRA   EL****@GMAIL.COM
420	AL	ELOA MACENA   EL****@GMAIL.COM
421	AL	ELOISA FERNANDA   EL****@GMAIL.COM
422	AL	ELTON JONH   EL****@GMAIL.COM
423	AL	ELVIS DA COSTA SOARES   EL****@GMAIL.COM
424	AL	ELVIS SOARES NETO   EL****@GMAIL.COM
425	AL	ELYEDJA GONCALVES   EL****@GMAIL.COM
426	AL	ELYS LAVINIA CARVALHO   EL****@GMAIL.COM
427	AL	ELYTANYA VASCONCELOS DE LIMA   EL****@GMAIL.COM
428	AL	EMANUELLE AMORIM   MA****@GMAIL.COM
429	AL	EMELY CRISTINE   EM****@GMAIL.COM
430	AL	EMILLY ABREU   EM****@GMAIL.COM
431	AL	EMILLY CARLA   NE****@GMAIL.COM
432	AL	EMILY AVELINO   EM****@GMAIL.COM
433	AL	EMILY CAVALCANTE   EM****@GMAIL.COM
434	AL	EMMERSON VINICIUS DUARTE BARROS CORREIA   EM****@YAHOO.COM.BR
435	AL	EMYLLE FARIAS   EM****@GMAIL.COM
436	AL	ENEDY LAURA PAIVA   EN****@GMAIL.COM
437	AL	ENZO MATTE   EN****@GMAIL.COM
438	AL	ERIANE LEOCADIO DOS SANTOS   ER****@GMAIL.COM
439	AL	ERICH GUSTAVO SANTOS RAMOS   ER****@SOUUNIT.COM.BR
440	AL	ERIC SERPA   ER****@HOTMAIL.COM
441	AL	ERIGLEISSON SANTOS   ER****@IP.UFAL.BR
442	AL	ERIKA ARAUJO   ER****@GMAIL.COM
443	AL	ERIKA MANUELLA DOS SANTOS MELO   ER****@GMAIL.COM
444	AL	ERIKA MELO   PS****@GMAIL.COM
445	AL	ERIKA REBELO   CR****@GMAIL.COM
446	AL	ERIKA SANTIAGO   ER****@GMAIL.COM
447	AL	ERISVANIA BARBOSA   ER****@GMAIL.COM
448	AL	ERLAND BUARQUE   ER****@GMAIL.COM
449	AL	ESTELA MENDES   ME****@GMAIL.COM
450	AL	EULINA ACIOLI REBELO   EU****@GMAIL.COM
451	AL	EVELYN BARBOSA   EV****@GMAIL.COM
452	AL	EVERALDO CANDIDO SARMENTO   JU****@GMAIL.COM
453	AL	EVERSON MELO   EV****@GMAIL.COM
454	AL	EVERTON FRANCA   EV****@IP.UFAL.BR
455	AL	EWERTON ALVES   EW****@GMAIL.COM
456	AL	EWERTON EMILIANO DOS SANTOS   EW****@UNEAL.EDU.BR
457	AL	EWERTON MUNIZ   EW****@GMAIL.COM
458	AL	EWYLLLE FARIAS   EW****@GMAIL.COM
459	AL	EZEQUIEL LAURENTINO   EZ****@GMAIL.COM
460	AL	FABIO ARAUJO   AR****@GMAIL.COM
461	AL	FABIO DA SILVA ALBUQUERQUE   LE****@GMAIL.COM
462	AL	FATIMA NIELIDA DOS SANTOS   NI****@GMAIL.COM
463	AL	FATIMA PEREIRA   MF****@HOTMAIL.COM
464	AL	FELIPE SANTOS   LI****@GMAIL.COM
465	AL	FERNANDA GRACIELE   FG****@GMAIL.COM
466	AL	FERNANDA LIRA   FE****@GMAIL.COM
467	AL	FERNANDA LISBOA   FE****@GMAIL.COM
468	AL	FERNANDA LISBOA   FE****@IP.UFAL.BR
469	AL	FERNANDA LOUISE COSTA DE LIMA   FE****@HOTMAIL.COM
470	AL	FERNANDA SOUZA   FE****@GMAIL.COM
471	AL	FERNANDA VIEIRA   FE****@GMAIL.COM
472	AL	FERREIRA SILVA   CE****@GMAIL.COM
473	AL	FILIPE LEITE   FI****@GMAIL.COM
474	AL	FLAVIA ALESSANDRA   FL****@GMAIL.COM
475	AL	FLORA GALVAO ALVES   RI****@GMAIL.COM
476	AL	FRANCIELLY LIMA   MO****@GMAIL.COM
477	AL	FRANKLIN DE OLIVEIRA LIMA   FR****@GMAIL.COM
478	AL	FRANK RODRIGUES   FR****@GMAIL.COM
479	AL	FREDY COSTA   PH****@HOTMAIL.COM
480	AL	GABRIELA BORBA   GB****@GMAIL.COM
481	AL	GABRIELA BORGUETTI   BI****@GMAIL.COM
482	AL	GABRIELA MARTINS CASSIMIRO   GA****@GMAIL.COM
483	AL	GABRIELA MORAIS   BI****@GMAIL.COM
484	AL	GABRIEL CARVALHO   GA****@GMAIL.COM
485	AL	GABRIEL CAVALCANTE SANTOS   GA****@GMAIL.COM
486	AL	GABRIELE CALIXTO   GA****@IP.UFAL.BR
487	AL	GABRIEL GIANI   GA****@GMAIL.COM
488	AL	GABRIELLA COSTA   GA****@GMAIL.COM
489	AL	GABRIELLA IZIDRO   GA****@GMAIL.COM
490	AL	GABRIELLY OLIVEIRA   GA****@GMAIL.COM
491	AL	GABRIEL MELO VALOES DA ROCHA   GA****@GMAIL.COM
492	AL	GABRIEL NOBRE MELO   PS****@GMAIL.COM
493	AL	GEICY EMANUELA   GE****@GMAIL.COM
494	AL	GENILSON VIEIRA   GE****@GMAIL.COM
495	AL	GEOVANNA MOURA   GE****@GMAIL.COM
496	AL	GERALDO LIMA   J****@GMAIL.COM
497	AL	GIOVANNA LIMA   GI****@GMAIL.COM
498	AL	GISLAINE CARVALHO   GI****@GMAIL.COM
499	AL	GISLAYNNE NASCIMENTO   GI****@GMAIL.COM
500	AL	GISLEYDE PS   GI****@GMAIL.COM
501	AL	GIZELLY FARIAS   GI****@HOTMAIL.COM
502	AL	GIZELY ALVES   GI****@HOTMAIL.COM
503	AL	GLAUCIANE JUSTINO   GL****@GMAIL.COM
504	AL	GLAUCO HEIRISON DOS SANTOS ROCHA   GL****@HOTMAIL.COM
505	AL	GLENDA DE OLIVEIRA   GL****@GMAIL.COM
506	AL	GLEYCE DIAS   GL****@GMAIL.COM
507	AL	GLEYCE MARIA DOS SANTOS   GL****@HOTMAIL.COM
508	AL	GORETTI BRANDAO   MG***@YAHOO.COM.BR
509	AL	GRAZIELE LIMA DE SOUZA   GR****@OUTLOOK.COM
	AL	GREICY KELLY   GR****@GMAIL.COM
	AL	GRIGORIO NETO   GR****@GMAIL.COM
	AL	GUSTAVO AGUIAR   GU****@GMAIL.COM
	AL	GUSTAVO FERREIRA   LO****@GMAIL.COM
	AL	HAIDA RAMALHO   HA****@GMAIL.COM
	AL	HANNY BOCK   HA****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 163833

Nº   UF   Cidadão		
516	AL	IARA PACHIONI   PA****@GMAIL.COM
517	AL	IDALINA VITORIA   ID****@GMAIL.COM
518	AL	IGOR PIMENTEL PEREIRA   IG****@GMAIL.COM
519	AL	ILA OLIVEIRA   IL****@ARAPIRACA.UFAL.BR
520	AL	INGLID ARAUJO   IN****@GMAIL.COM
521	AL	INGRID CARVALHO   IN****@GMAIL.COM
522	AL	INGRID DE MOURA GOMES   IN****@HOTMAIL.COM
523	AL	IONE MARIAH DE SOUZA MIRANDA   MI****@OUTLOOK.COM
524	AL	IRENE MARIA SILVA BATISTA   DA****@GMAIL.COM
525	AL	IRIS GOMES   IR****@GMAIL.COM
526	AL	IRIS SILVA CAFE   IR****@HOTMAIL.COM
527	AL	ISABELA LEAL   PS****@GMAIL.COM
528	AL	ISABELA MALTA   BE****@GMAIL.COM
529	AL	ISABELE RAMIRES   IS****@GMAIL.COM
530	AL	ISABEL FERREIRA   IS****@HOTMAIL.COM
531	AL	ISABELLA COSTA   IS****@GMAIL.COM
532	AL	ISABELLE CERQUEIRA   IS****@GMAIL.COM
533	AL	ISABEL TRAJANO   IS****@OUTLOOK.COM
534	AL	ISADORA LADISLAU MARQUES   IS****@HOTMAIL.COM
535	AL	ISYS DANIELLE MELLO   IS****@GMAIL.COM
536	AL	ITALO SOUZA   IT****@GMAIL.COM
537	AL	IVNA FERNANDES PSI   IV****@GMAIL.COM
538	AL	IZABEL VIEIRA   IZ****@GMAIL.COM
539	AL	JACIELY DA SILVA MAGALHAES   JA****@GMAIL.COM
540	AL	JACKSON GIL   JA****@GMAIL.COM
541	AL	JADE NEVES   JA****@GMAIL.COM
542	AL	JAFET MONTEIRO   FR****@GMAIL.COM
543	AL	JAINY PEREIRA   JA****@GMAIL.COM
544	AL	JAIRO JUNIOR   JU****@GMAIL.COM
545	AL	JAMERSON AMARO   JA****@GMAIL.COM
546	AL	JAMYLLE ATAIDE   JA****@GMAIL.COM
547	AL	JAMYLLE SILVA FARIAS   JA****@GMAIL.COM
548	AL	JANAINA ALVES   JA****@GMAIL.COM
549	AL	JANICLEIDE MARCELINO   JA****@GMAIL.COM
550	AL	JANINE KUNZLER   JA****@GMAIL.COM
551	AL	JAQUELINE CESARIO   JA****@HOTMAIL.COM
552	AL	JAQUELINE LIMA   82****@GMAIL.COM
553	AL	JAY PASSOS   JA****@GMAIL.COM
554	AL	JEANE MORENO   JE****@GMAIL.COM
555	AL	JEAN JUNIOR   JE****@IP.UFAL.BR
556	AL	JEANNINE SAMPAIO XAVIER NUNES   JE****@GMAIL.COM
557	AL	JEFFERSON PINHEIRO   JE****@GMAIL.COM
558	AL	JEINE SANTOS   SA****@GMAIL.COM
559	AL	JESSICA AQUINO   JE****@GMAIL.COM
560	AL	JESSICA BRAGA   JE****@GMAIL.COM
561	AL	JESSICA FERNANDES MUNIZ   JE****@LIVE.COM
562	AL	JESSICA MARCELINO   JE****@GMAIL.COM
563	AL	JESSICA MORAIS   JE****@GMAIL.COM
564	AL	JESSICA SANTOS   JE****@GMAIL.COM
565	AL	JESSYKA RODRIGUES   JA****@GMAIL.COM
566	AL	JEYNE CORDEIRO COSTA   JE****@HOTMAIL.COM
567	AL	JHONAE URSULINO   EU****@GMAIL.COM
568	AL	JHONNYEL SANTOS   JH****@GMAIL.COM
569	AL	JINNY ALBUQUERQUE   JI****@ICHCA.UFAL.BR
570	AL	JIZAR GRASIELLE   JI****@GMAIL.COM
571	AL	JOANA MARQUES   JO****@GMAIL.COM
572	AL	JOAO FERREIRA   JO****@IP.UFAL.BR
573	AL	JOAO JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA   JO****@GMAIL.COM
574	AL	JOAO NETO FELIX MENDES   SR****@GMAIL.COM
575	AL	JOAO NETO   JO****@GMAIL.COM
576	AL	JOAO VITOR   JO****@GMAIL.COM
577	AL	JOAQUIM DELMIRO BISPO NETO   QU****@GMAIL.COM
578	AL	JOAS LIMA MCZ   JO****@GMAIL.COM
579	AL	JOELIDA MORAIS   JO****@GMAIL.COM
580	AL	JOELSON DA SILVA FERREIRA   JO****@GMAIL.COM
581	AL	JOHNATAN SANTOS   JO****@GMAIL.COM
582	AL	JONH LENO CONSORCIO HONDA   JO****@GMAIL.COM
583	AL	JORDAN GUIDO   JO****@GMAIL.COM
584	AL	JOSA ABREU   JO****@GMAIL.COM
585	AL	JOSE ALVES DO AMORIM NETO   JO****@GMAIL.COM
586	AL	JOSEANA CERQUEIRA BASTOS   CE****@GMAIL.COM
587	AL	JOSEANO LIRA SANTOS   JO****@GMAIL.COM
588	AL	JOSE ASCANIO COSTA CORREIA   AS****@YAHOO.COM.BR
589	AL	JOSE CARLOS BATISTA   JO****@GMAIL.COM
590	AL	JOSEFA BARBOSA   JO****@ARAPIRACA.UFAL.BR
591	AL	JOSE GERALDO DE LIMA   J.****@UOL.COM.BR
592	AL	JOSELMA PEREIRA   ZE****@GMAIL.COM
593	AL	JOSE MAIA NETO   NE****@GMAIL.COM
594	AL	JOSE MILTON LOPES   JM****@HOTMAIL.COM
595	AL	JOSE PEDRO   88****@GMAIL.COM
596	AL	JOSE WELLINGTON DA SILVA JUNIOR   JR****@OUTLOOK.COM
597	AL	JOSHUA JACKSON   JO****@GMAIL.COM
598	AL	JOSILENE MARIA SANTOS FARIAS   PS****@HOTMAIL.COM
599	AL	JOSIVALDO DOS SANTOS CASSIANO   JO****@GMAIL.COM
600	AL	JOSY ALVES ROCHA   JO****@UNEAL.EDU.BR
601	AL	JOTA FPS   JU****@GMAIL.COM
602	AL	JOYCE R   JO****@GMAIL.COM
603	AL	JOYELLI MOREIRA DA SILVA   JO****@HOTMAIL.COM
604	AL	JULIA BARROS DA SILVA   PA****@GMAIL.COM
605	AL	JULIA CARVALHO   JU****@GMAIL.COM
606	AL	JULIA MARIA   JU****@GMAIL.COM
607	AL	JULIANA ALVES   PS****@GMAIL.COM
608	AL	JULIANA NOVAES DE MELO   ME****@OUTLOOK.COM
609	AL	JULIANA PACHECO   JU****@GMAIL.COM
610	AL	JULIANA SILVA   JU****@HOTMAIL.COM
611	AL	JULIA SANTOS SANTANA   JU****@GMAIL.COM
612	AL	JULIA WANDERLEY VIEIRA   JU****@OUTLOOK.COM
	AL	JULIO NORMANDE   JU****@GMAIL.COM
	AL	JULYANNA LIMA   JU****@GMAIL.COM
	AL	JULY BORGES   JU****@GMAIL.COM
	AL	JUNIOR PESSOA   JU****@GMAIL.COM
	AL	KAIO DUARTE   DU****@GMAIL.COM
	AL	KALINKA COSTA   CO****@GMAIL.COM





LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 163833

Nº   UF   Cidadão		
619	AL	KAMILA RODRIGUES   KA****@GMAIL.COM
620	AL	KAREN MILLENA   KA****@GMAIL.COM
621	AL	KAREN SAMMUR   KA****@IP.UFAL.BR
622	AL	KARLLA ALLANYA   KA****@GMAIL.COM
623	AL	KARLOS MANOEL   KM****@GMAIL.COM
624	AL	KAROLAYNI KARREN   KA****@GMAIL.COM
625	AL	KAROLINA CAVALCANTE   KA****@GMAIL.COM
626	AL	KAROLLAYNE SANTANA   KA****@GMAIL.COM
627	AL	KARYNE ALMEIDA MAFRA   KA****@HOTMAIL.COM
628	AL	KATIA FLAVIA P F SILVA   KA****@GMAIL.COM
629	AL	KATIANA LIMA   KA****@GMAIL.COM
630	AL	KATIA ROSANE SILVA LINS   KA****@GMAIL.COM
631	AL	KATIENE FERREIRA   FE****@GMAIL.COM
632	AL	KAWAN PROCOPIO   KA****@GMAIL.COM
633	AL	KELLY MARQUES   KE****@GMAIL.COM
634	AL	KELLY PEDROSA   KE****@HOTMAIL.COM
635	AL	KELLY PINTO ROCHA   KE****@GMAIL.COM
636	AL	KEMELLY BISPO   KE****@GMAIL.COM
637	AL	KEMELLY MENDONCA   KE****@GMAIL.COM
638	AL	KEMILLY JACINTO   KE****@IP.UFAL.BR
639	AL	KENIA LAMENHA   KE****@GMAIL.COM
640	AL	KESILY IZABELA DA SILVA LIMA   KE****@HOTMAIL.COM
641	AL	KESLEY JULIANE   KE****@GMAIL.COM
642	AL	KINHA MIRANDA   JE****@GMAIL.COM
643	AL	KLICIANY MARTINS   KL****@GMAIL.COM
644	AL	LAIANE DA SILVA COSTA   LA****@GMAIL.COM
645	AL	LAIS SANTOS   LA****@GMAIL.COM
646	AL	LAIS SANTOS   LA****@IP.UFAL.BR
647	AL	LAIZ MELO   LA****@GMAIL.COM
648	AL	LALY NIESLLEY   YS****@GMAIL.COM
649	AL	LARA ARAUJO   IN****@GMAIL.COM
650	AL	LARA AVELINO   EU****@GMAIL.COM
651	AL	LARA DENIA DA COSTA SILVA   LA****@GMAIL.COM
652	AL	LARIANNY NOBERTO DE OLIVEIRA   LA****@GMAIL.COM
653	AL	LARISSA KELLEN DA SILVA MOURA   LA****@GMAIL.COM
654	AL	LARISSA SOARES   SO****@GMAIL.COM
655	AL	LAURA BRANCO   LA****@GMAIL.COM
656	AL	LAURA FERRO   LA****@GMAIL.COM
657	AL	LAURA OLIVEIRA   LA****@HOTMAIL.COM
658	AL	LAURA SALES   LA****@ARAPIRACA.UFAL.BR
659	AL	LAVINIA MEDEIROS   LA****@GMAIL.COM
660	AL	LAVYNNIA CAVALCANTI   CA****@GMAIL.COM
661	AL	LAYANE EMILIA   LA****@GMAIL.COM
662	AL	LAYLA EMANUELLE   LA****@GMAIL.COM
663	AL	LAYLA KAMILA   LA****@GMAIL.COM
664	AL	LAYS DE MELO BARROS   LA****@SOUUNIT.COM.BR
665	AL	LAYSE MARIELLE   MA****@GMAIL.COM
666	AL	LEAH MOUSINHO LUCENA   LE****@GMAIL.COM
667	AL	LEANDRO LIRA JR   JL****@GMAIL.COM
668	AL	LEANDRO MATS   LE****@GMAIL.COM
669	AL	LEILA AMBROS   LE****@GMAIL.COM
670	AL	LEILANE SILVA FERREIRA   LE****@GMAIL.COM
671	AL	LEITE PAIS   LE****@GMAIL.COM
672	AL	LENIMARA DA SILVA SOUZA   LE****@GMAIL.COM
673	AL	LEONARDO MELO   LE****@CHCA.UFAL.BR
674	AL	LEONARDO SOARES DA CUNHA   LE****@GMAIL.COM
675	AL	LEONARDO SOUZA   LE****@GMAIL.COM
676	AL	LETICIA RAMOS   LE****@GMAIL.COM
677	AL	LETICIA RODRIGUES   LI****@GMAIL.COM
678	AL	LETICIA TENORIO   LE****@GMAIL.COM
679	AL	LEVY PAZ ARAUJO   LE****@GMAIL.COM
680	AL	LEYDJANE NUNES CARVALHO   LE****@GMAIL.COM
681	AL	LEYLANNE CAVALCANTE   LE****@GMAIL.COM
682	AL	LIDIANE BARBOSA   LI****@GMAIL.COM
683	AL	LIDIANE FREITAS QUINTELA DE ALENCAR   LI****@GMAIL.COM
684	AL	LIDIANE LEIZA FEIJO DE MENDONCA SILVA   LI****@HOTMAIL.COM
685	AL	LIDIANY FRANCA   LI****@GMAIL.COM
686	AL	LIGIA SANDES   LI****@GMAIL.COM
687	AL	LILIANA BEHAR   LI****@GMAIL.COM
688	AL	LILIANA DE SENA   LI****@HOTMAIL.COM
689	AL	LILIAN BEATRIZ   LI****@GMAIL.COM
690	AL	LIVIA DOS SANTOS GUILHERME   LI****@HOTMAIL.COM
691	AL	LIVIA MARIA DA SILVA   LI****@GMAIL.COM
692	AL	LIVIA NUNES   LI****@GMAIL.COM
693	AL	LIVIA OLIVEIRA   LI****@GMAIL.COM
694	AL	LOLLAH SILVA   LO****@GMAIL.COM
695	AL	LOURENYZE MOREIRA FERREIRA   LO****@HOTMAIL.COM
696	AL	LUANA LIMA   LU****@GMAIL.COM
697	AL	LUANA PERES   LU****@GMAIL.COM
698	AL	LUANA RAYARA   LU****@GMAIL.COM
699	AL	LUAN TORRES   LU****@GMAIL.COM
700	AL	LUA OLIVEIRA   LU****@GMAIL.COM
701	AL	LUCAS B.   LU****@HOTMAIL.COM
702	AL	LUCAS COUTO   OL****@GMAIL.COM
703	AL	LUCAS DE MORAIS TEIXEIRA   LU****@GMAIL.COM
704	AL	LUCAS EDUARDO   LU****@GMAIL.COM
705	AL	LUCIANA BATISTA   LU****@GMAIL.COM
706	AL	LUCIANA CORREIA DE AGUIAR   LU****@HOTMAIL.COM
707	AL	LUCIANO FELIZARDO DOS SANTOS   CA****@GMAIL.COM
708	AL	LUCIANO FELIZARDO   DR****@GMAIL.COM
709	AL	LUDMILA LORENA   LU****@GMAIL.COM
710	AL	LUIZA TENORIO   LU****@GMAIL.COM
711	AL	LUIZ BATISTA.22 LUIZ.   LU****@GMAIL.COM
712	AL	LUIZ GABRIEL MARTINS   LU****@GMAIL.COM
713	AL	LUIZ X-MEN   WW****@HOTMAIL.COM
714	AL	LURYAN DELEVATI   LU****@LIVE.COM
715	AL	LUSIELE ELI   LU****@GMAIL.COM
	AL	LUSIEL VIEIRA   LU****@GMAIL.COM
	AL	LUZIMARY MARIA DE BARROS GONCALVES   YR****@OUTLOOK.COM
	AL	MACELLY VITAL   MA****@GMAIL.COM
	AL	MADSON DELLANO   MA****@GMAIL.COM
	AL	MAIRA RODRIGUES   RO****@GMAIL.COM
	AL	MALU ANDRADE   MA****@GMAIL.COM



4





**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PARECER Nº       , DE 2024**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão (SUG) nº 1, de 2023, do(a) Programa e-Cidadania, que *requer piso salarial aos psicólogos R\$ 4.900,00*.

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

### **I – RELATÓRIO**

Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão nº 1, de 2023, recebida no âmbito do Programa e-Cidadania, sugerindo a adoção de piso salarial de R\$ 4.900,00, para trinta horas semanais de trabalho, em benefício dos psicólogos.

A Ideia legislativa foi iniciada pelo Sr. Mathias Viana de Souza, do estado de Goiás, e recebeu 20.575 apoios em sua página no site do Senado, pelo que se converteu formalmente em Sugestão e cometida à apreciação desta Comissão.

Registre-se, ademais, a existência da Sugestão nº 13, de 2022, de teor praticamente idêntico e que também relatamos.

### **II – ANÁLISE**

Não existe inconstitucionalidade ou contrariedade ao ordenamento jurídico da presente sugestão. A matéria, igualmente, encontra-se de acordo com os termos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), no tocante ao seu processamento perante esta Comissão.

A matéria, além disso, é de competência do Congresso Nacional e de suas Comissões, nos termos da Constituição e do RISF. Não obstante, não deverá ser processada.

Isso porque já emitimos Relatório pelo acolhimento da referida Sugestão nº 13, de 2022 que é um pouco anterior e possui quase idêntico teor: sua única diferença é a de que propõe um piso salarial de cinco mil reais, em vez dos quatro mil e novecentos reais da presente Sugestão.

Destarte, e dado que as matérias não tramitaram conjuntamente – pelo que apresentamos dois Relatórios separados – devemos opinar pela sua rejeição, sem que isso represente – de maneira alguma - uma rejeição de seu conteúdo, recepcionado, como dissemos, no outro Relatório.

### **III – VOTO**

Do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 1, de 2023, com seu consequente arquivamento, nos termos do art. 102-E, parágrafo único, inciso II, do RISF.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**OFÍCIO Nº 25/2022/SCOM**

Brasília, 28 de dezembro de 2022

A Sua Excelência o Senhor  
SENADOR HUMBERTO COSTA  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa  
Brasília/DF

**Assunto: Ideia Legislativa nº 164536.**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

**MARCOS MACHADO MELO**  
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal  
Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões**

**ANEXO**

**FICHA INFORMATIVA**

**Ideia Legislativa nº 164536**

**Título**

Piso salarial dos psicólogos R\$ 4,900,00

**Descrição**

nós temos uma jornada de trabalho desgastante, associada ao estresse pelos deslocamentos entre os diversos locais da prestação dos serviços, o que compromete tanto a nossa saúde quanto a qualidade do atendimento aos pacientes, precisamos ser valorizados por isso pedimos uma lei de piso salarial. (sic)

**Mais detalhes**

Durante a pandemia pudemos notar a importancia da saúde mental na vida de todos os cidadãos, é um absurdo que alguns psicologos ainda recebam um salario minimo depois de 5 anos desgastante de estudo tendo de trabalhar em diversos locais para se sustentar por isso pedimos que seja feito uma lei com piso salarial de R\$ 4.900,00 por 30 horas semanais. (sic)

**Identificação do proponente**

**Nome:** Oitavo Andar

**E-mail:** mathiasvianadesouza@hotmail.com

**UF:** GO

**Data da publicação da ideia:** 05/08/2022

**Data de alcance dos apoios necessários:** 18/11/2022

**Total de apoios contabilizados até 27/12/2022:** 20.575

**Página da Ideia Legislativa**

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=164536>



## **ANEXO**

### **Testemunho do autor da ideia legislativa**

#### ***“Piso salarial dos psicólogos R\$ 4.900,00”***

*O cidadão Mathias Viana de Souza, de Goiás, apresentou uma ideia legislativa que alcançou 20.530 apoios até dezembro de 2022. A proposta defende a fixação de piso salarial de R\$ 4.900 para os psicólogos.*

#### **Sobre o testemunho do autor de ideia legislativa**

O testemunho é um documento redigido pelo autor da ideia legislativa ou pela equipe do e-Cidadania. Em alguns casos, a equipe realiza a transcrição de áudio ou vídeo enviado pelo autor, ou elabora um texto a partir de uma entrevista. O testemunho é submetido ao autor da ideia para revisão, aprovação e autorização expressa para publicação. Dessa forma, o texto do testemunho constitui um retrato fiel do pensamento do cidadão. O auxílio na elaboração do documento é uma maneira de estender a participação popular no processo legislativo, uma vez que permitirá que pessoas de diferentes escolaridades apresentem seus argumentos.

O conteúdo do depoimento é de inteira responsabilidade do autor da ideia.

#### **DEPOIMENTO**

Eu me chamo Mathias Viana de Souza, tenho 24 anos, moro em Indiara, uma cidade do interior de Goiás, e me formei em Psicologia em julho de 2022. Por meio deste depoimento, venho explicar de onde surgiu a ideia para a fixação de um piso salarial de R\$ 4.900,00 para os psicólogos no Brasil.

Durante toda a minha graduação, me questionei sobre o motivo de, em um país com tantos avanços na área da saúde, a saúde mental ainda se encontrar tão desvalorizada, não existindo sequer uma base salarial para os psicólogos. Vivenciei, em meus estágios, vários relatos de profissionais que recebem um salário-mínimo, insuficiente até para pagar a mensalidade da graduação que fazemos durante cinco anos.

No momento atual em que vivemos, podemos ver, de forma clara, que algo preocupante ocorre em nosso país. Os índices de transtornos e distúrbios mentais têm aumentado consideravelmente, levando a uma maior demanda por profissionais melhor preparados. Mas muitos desses profissionais têm desistido de suas carreiras pelo baixo valor pago em diversas áreas, como a empresarial, hospitalar, dentre muitas outras.

Esse assunto já foi discutido no Congresso Nacional em diversas ocasiões, mas todos os projetos relacionados a um tema tão importante acabam sendo arquivados.



Nós vivemos em um país com um grande contingente populacional e com profissionais que pagam caro para se especializar. Assim, ter um piso salarial para essa categoria, que, infelizmente, é desvalorizada, não só se faz necessário, mas também constitucionalmente correto. Será uma maneira de darmos parâmetros salariais justos à nossa categoria.

Se analisarmos os dados oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web, no período de novembro de 2021 a outubro de 2022, constatamos que o salário do psicólogo se situou entre R\$ 2.753,80 e R\$ 6.208,49. Dentro dessa variação, é possível verificar que a média salarial do psicólogo no Brasil, em 2022, ficou em torno de R\$ 3.000,00. É importante observar que esses números foram apurados entre profissionais contratados em regime celetista, devendo-se levar em conta ainda que, em alguns pontos do país, o salário do psicólogo pode corresponder até mesmo a um salário-mínimo.

Se nós fixarmos esse piso salarial mínimo, já teremos uma melhora significativa no desempenho das atividades dos psicólogos, que estarão mais motivados a exercer a profissão com eficiência e excelência, podendo arcar com custos de aprimoramento profissional, testes de qualidade, dentre muitos outros aspectos que dependem de suporte financeiro.

A atuação desse profissional se tornou essencial, ultimamente, diante do crescimento mundial de casos de depressão, ansiedade, pânico, estresse, preocupação e esgotamento psicológico. Muitas pessoas começam a se sentir cansadas, inúteis, sem propósito, deprimidas, irritadas, sem esperança, o que torna o psicólogo uma base importante, já que agimos na prevenção, manutenção e recuperação da saúde mental. Nossa atuação também se mostra imprescindível para a recuperação de pacientes que passaram por transtornos em fases de diagnóstico clínico e hospitalar, sem falar no papel fundamental exercido no enfrentamento da pandemia de Covid-19, dando o apoio necessário às famílias e aos pacientes que vivenciaram tanto a doença em si como também o isolamento social.

É importante considerar, ainda, que a valorização da saúde mental e de seus profissionais é necessária para a estabilidade do mercado de trabalho, pois quanto mais funcionários deprimidos, menos as empresas e corporações produzem. Essa situação exige um aumento no número de profissionais capacitados na área, mas, com a baixa remuneração oferecida, isso nunca irá ocorrer, pois se torna inviável estudar por cinco anos para receber menos do que pagamos na graduação em geral. Mesmo com a alta demanda, muitos psicólogos estão desistindo de suas carreiras e migrando para outras áreas, tendo em vista que o salário não condiz com o esforço e a dedicação da categoria.

Em resumo, essa ideia legislativa reivindica que esses aspectos sejam revistos e analisados pelos excelentíssimos senadores, para que possamos pensar na saúde mental como uma área em crescimento e que precisa ser valorizada com



---

a fixação de um piso salarial de R\$ 4.900,00 para os psicólogos. Agradeço a atenção dada à minha proposta e também aos 20.530 apoios recebidos por meio do Programa e-Cidadania, do Senado Federal.



## LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164536

UF	APOIOS
AC	149
AL	352
AM	282
AP	47
BA	1.358
CE	1.029
DF	672
ES	580
GO	572
MA	551
MG	1.739
MS	157
MT	211
PA	539
PB	1.122
PE	2.163
PI	410
PR	941
RJ	2.155
RN	723
RO	297
RR	18
RS	454
SC	444
SE	187
SP	3.185
TO	238
<b>TOTAL</b>	<b>20.575</b>





LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164536

Nº   UF   Cidadão	
1   AC	A BASE DE TUDO   BE****@GMAIL.COM
2   AC	ADRIANA BRAGA FIGUEIREDO   AD****@GMAIL.COM
3   AC	ADRIANA SOARES DA SILVA   AD****@GMAIL.COM
4   AC	ADRIEL LOPES   AD****@GMAIL.COM
5   AC	AGNALDO DIAS   DR****@GMAIL.COM
6   AC	ALZEMIRA URBANO   AL****@GMAIL.COM
7   AC	AMANDA BRAGA   BR****@GMAIL.COM
8   AC	AMANDA CRISTINA   AM****@GMAIL.COM
9   AC	AMANDA KAREN   AM****@GMAIL.COM
10   AC	AMANDA LIVIA DE LIMA CAVALCANTE   AL****@GMAIL.COM
11   AC	AMANDA MARIA   AM****@GMAIL.COM
12   AC	AMANDA SKUTERA DADA   AM****@GMAIL.COM
13   AC	AMELIA GARCIA   AM****@GMAIL.COM
14   AC	ANA CLARA LIMA   AN****@GMAIL.COM
15   AC	ANA CRISTINA FRANCA   A.****@GMAIL.COM
16   AC	ANA KASSIA FERREIRA   AN****@GMAIL.COM
17   AC	ANE LIMA   JO****@HOTMAIL.COM
18   AC	ANGELA CARDIN   AN****@GMAIL.COM
19   AC	ANGELO M. C. S. JR   AN****@OUTLOOK.COM
20   AC	ANGRA NASCIMENTO   NA****@GMAIL.COM
21   AC	ANNABELLA BRICENO   AN****@GMAIL.COM
22   AC	ANNA KARINE   KA****@GMAIL.COM
23   AC	AUGUSTO CESAR FEITOSA   FI****@YAHOO.COM.BR
24   AC	AURELINA OLIVEIRA   AU****@GMAIL.COM
25   AC	BARBARA LIMA   BA****@GMAIL.COM
26   AC	BARBARA NEVES   BA****@GMAIL.COM
27   AC	BEATRIZ DIAS   BD****@GMAIL.COM
28   AC	BEATRIZ ROSALIA GOMES XAVIER FLANDOLI   BE****@GMAIL.COM
29   AC	BRENDA MARQUES SOARES   BR****@HOTMAIL.COM
30   AC	BRUNA RICARTI   BK****@GMAIL.COM
31   AC	CANDICE MELINA   CA****@GMAIL.COM
32   AC	CARLA CHAGAS DE SIQUEIRA PASSOS   CA****@GMAIL.COM
33   AC	CAROL BLLUM   CA****@GMAIL.COM
34   AC	CATIUSCIA HOLANDA   FA****@GMAIL.COM
35   AC	CINTHYA GABRIELLE KRASOTA   CI****@GMAIL.COM
36   AC	CLARA ADOLLI   CL****@GMAIL.COM
37   AC	CLEBIO SANTOS   CL****@GMAIL.COM
38   AC	CLISTENES LOPES ABREU MOREIRA   CL****@HOTMAIL.COM
39   AC	DAIANE CAMPOS   DA****@GMAIL.COM
40   AC	DAIANE LEITE   DA****@GMAIL.COM
41   AC	DALMARA OLIVEIRA   DA****@GMAIL.COM
42   AC	DANI ABREU   DA****@GMAIL.COM
43   AC	DANIEL LEMOS   DA****@GMAIL.COM
44   AC	DARLIANE DANTAS PSI   DA****@GMAIL.COM
45   AC	DEISE GONCALVES   DE****@GMAIL.COM
46   AC	DORA BELLO ROSSETTI   DB****@RRAA.COM.BR
47   AC	EDIBERTO MORAIS   ED****@GMAIL.COM
48   AC	ERIKA MIRANDA DE OLIVEIRA   ER****@GMAIL.COM
49   AC	ESTER CARVALHO   ES****@GMAIL.COM
50   AC	EVILANE COSTA CESARIO DAMASCENO   EV****@GMAIL.COM
51   AC	FELLIPE RICARDO   FE****@GMAIL.COM
52   AC	FRANCISCO ASSIS DE ARAUJO NETO   FR****@YAHOO.COM.BR
53   AC	GABRIELA APARECIDA   GA****@GMAIL.COM
54   AC	GENAINA FERREIRA   GE****@YAHOO.COM.BR
55   AC	GILVANDRO BENVINDO   GI****@GMAIL.COM
56   AC	GILVANIA JESUS ANDRADE   AN****@GMAIL.COM
57   AC	GIORDANA BRAVIN   GI****@GMAIL.COM
58   AC	GIOVANA AFRA SANTOS   GI****@GMAIL.COM
59   AC	GUILHERME JOHANSSON   20****@GMAIL.COM
60   AC	GUILHERME WSKI   GU****@GMAIL.COM
61   AC	HELIDA JALMIRA FEITOSA SANTOS MOURA   HE****@HOTMAIL.COM
62   AC	HELOISA KARAM C MAGALHAES   HE****@GMAIL.COM
63   AC	HUGO USLEY   US****@GMAIL.COM
64   AC	IGOR SECATE   IG****@GMAIL.COM
65   AC	IGOR SILVA   IG****@HOTMAIL.COM
66   AC	IONE APARECIDA XAVIER   IA****@HOTMAIL.COM
67   AC	IZABELA FERNANDES   IZ****@GMAIL.COM
68   AC	JOANA D ARC   TH****@GMAIL.COM
69   AC	JOCELMA ALBUQUERQUE PEREIRA DOS SANTOS SILVA   JO****@GMAIL.COM
70   AC	JOCIANI ANDRADE REUSE   JO****@GMAIL.COM
71   AC	JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA   AU****@BOL.COM.BR
72   AC	JOYCE ZANONI PIANIZOLI   JO****@GMAIL.COM
73   AC	JULIANA BARBOSA PEZZINI   JU****@GMAIL.COM
74   AC	JULIANNA RIBEIRO   JU****@HOTMAIL.COM
75   AC	JUSSARA TERESINHA HENN   JU****@GMAIL.COM
76   AC	KARINE LOUISE   KA****@GMAIL.COM
77   AC	KELI SOUZA BARBOSA   KE****@GMAIL.COM
78   AC	KELLY BEZERRA ROCHA   KE****@GMAIL.COM
79   AC	KIMBELLY CONRADO   KI****@GMAIL.COM
80   AC	LAIS JUVENCIO DE OLIVEIRA   LA****@GMAIL.COM
81   AC	LAYENNE RODRIGUES   LA****@GMAIL.COM
82   AC	LENI BARBOSA   LE****@GMAIL.COM
83   AC	LEUDA MELO   LE****@GMAIL.COM
84   AC	LILYANE RODRIGUEZ   LI****@GMAIL.COM
85   AC	LIVIA LEMOS   LI****@HOTMAIL.COM
86   AC	LUANA OLIVEIRA   LU****@GMAIL.COM
87   AC	LUANN FELIPE   LU****@GMAIL.COM
88   AC	LUCAS (PLAYER NUMBER ONE)   LU****@GMAIL.COM
89   AC	LUCIANA LOPES   LG****@GMAIL.COM
90   AC	LUCIANA SOUZA   LU****@GMAIL.COM
91   AC	LUCIVAL PAIXAO   LU****@GMAIL.COM
92   AC	MAGNUM FREIRE NOBRE   MA****@GMAIL.COM
93   AC	MARCELO FERNANDES   MA****@GMAIL.COM
94   AC	MARCELO SOUZA   CE****@GMAIL.COM
95   AC	MARGARETE CASTRO   MA****@GMAIL.COM
96   AC	MARIA CLARA COSTA ALMEIDA   MA****@HOTMAIL.COM
97   AC	MARIA DO ROSARIO CAVALCANTI DE OLIVEIRA   RO****@GMAIL.COM
AC   MARIA JULIA LEAO DE FARIAS   MA****@GMAIL.COM	
AC   MARIANA ALMEIDA   MA****@GMAIL.COM	
AC   MARIANA FARO   MX****@GMAIL.COM	
AC   MARIANA FIGUEIREDO BARROS   MA****@HOTMAIL.COM	
AC   MARIANA LINS DA COSTA VASCONCELOS   MA****@GMAIL.COM	
AC   MARIA SANTOS   NI****@YAHOO.COM.BR	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164536

Nº   UF   Cidadão	
104   AC   MARIA TERESA MELLO MONNERAT   MO****@GMAIL.COM	
105   AC   MARILIA RODRIGUES   MA****@GMAIL.COM	
106   AC   MARINA BITTAR   MA****@GMAIL.COM	
107   AC   MARLI DE FATIMA DE LIMA   MA****@GMAIL.COM	
108   AC   MATHEUS LOPES   GU****@GMAIL.COM	
109   AC   MAX REGIS OLIVEIRA   MA****@GMAIL.COM	
110   AC   MAYANNE ABREU   AB****@GMAIL.COM	
111   AC   MILA LEKAN VARLESE PALERMO   MI****@GMAIL.COM	
112   AC   MONIQUE JACCOTTET DE LUCA   MO****@YAHOO.COM.BR	
113   AC   MRFERNANDES HD   JO****@GMAIL.COM	
114   AC   MYRIAN FERREIRA GOMES SILVA   PS****@GMAIL.COM	
115   AC   NAJU SILVA   AN****@GMAIL.COM	
116   AC   NATALLY GREGORIO SA   NA****@HOTMAIL.COM	
117   AC   ORNILSE CAVALCANTE   CA****@GMAIL.COM	
118   AC   PAULO SOARES DA SILVA   PA****@GMAIL.COM	
119   AC   PRISCILA DAMASCENO   PR****@GMAIL.COM	
120   AC   RACHEL SILVA   RA****@GMAIL.COM	
121   AC   RAFAEL LOPES PIMPAO   RA****@GMAIL.COM	
122   AC   RAFAEL SASS   PS****@GMAIL.COM	
123   AC   RAIANA RAMADA   RA****@GMAIL.COM	
124   AC   RAIMUNDO MAGNO   RA****@GMAIL.COM	
125   AC   RAISSA GREJANIN   RA****@HOTMAIL.COM	
126   AC   REBECA MAROPO   RM****@GMAIL.COM	
127   AC   REBECCA DIAS   RE****@GMAIL.COM	
128   AC   REILA REZENDE   RA****@YAHOO.COM.BR	
129   AC   RISOMAR FERREIRA DE SOUZA   RI****@GMAIL.COM	
130   AC   RITA CLARA ATANES DOS SANTOS   RI****@GMAIL.COM	
131   AC   RITA FERRARI   RC****@GMAIL.COM	
132   AC   ROBERTA SASSO CASAGRANDE   RO****@HOTMAIL.COM	
133   AC   SAMARA GOMES   SA****@GMAIL.COM	
134   AC   SILMARIA FREITAS NASCIMENTO   SI****@HOTMAIL.COM	
135   AC   SILVIA LIMA WELLINGTON PEREIRA   WS****@GMAIL.COM	
136   AC   SUELY SIQUEIRA DE BRITO LIRA   SU****@YAHOO.COM.BR	
137   AC   TANIA AZEVEDO GARCIA   TA****@GMAIL.COM	
138   AC   TATIANA NICZ   TA****@GMAIL.COM	
139   AC   THATI C.   TH****@GMAIL.COM	
140   AC   THIAGO ANDRADE NUNES   TH****@GMAIL.COM	
141   AC   VANIA MARIA MACHADO   VA****@SINPSISC.ORG.BR	
142   AC   VERA LUCIA SOUZA   VE****@HOTMAIL.COM	
143   AC   VERONICA PAIVA   VE****@GMAIL.COM	
144   AC   VIH BRANDAO   VI****@GMAIL.COM	
145   AC   VILMAR JERONIMO   VI****@GMAIL.COM	
146   AC   WARLAS SILVA   WA****@GMAIL.COM	
147   AC   WATSON OLIVEIRA   OL****@GMAIL.COM	
148   AC   WELLINGTON SOUZA   WE****@GOOGLEMAIL.COM	
149   AC   WERIC WISELEY AJPERT COSMO   WE****@GMAIL.COM	
150   AL   ADAH F. PINHEIRO   AD****@YAHOO.COM.BR	
151   AL   ADRIANA FERNANDES   AD****@HOTMAIL.COM	
152   AL   ADRIANO ROBERTO ALVES DA SILVA   AD****@GMAIL.COM	
153   AL   ADRIANO SILVA   AD****@GMAIL.COM	
154   AL   AECIO OLIVEIRA DA COSTA   PS****@GMAIL.COM	
155   AL   AGATA ALMEIDA   AG****@GMAIL.COM	
156   AL   AIALA ALVES   AI****@GMAIL.COM	
157   AL   ALBERTO SOARES NETO   AL****@GMAIL.COM	
158   AL   ALCIONE PATRICIA MELROS DE OLIVEIRA RIOS   PA****@GMAIL.COM	
159   AL   ALESSANDRA COELHO MOREIRA MOURA   AL****@GMAIL.COM	
160   AL   ALEXANDRE JOAQUIM DOS SANTOS   AL****@GMAIL.COM	
161   AL   ALEX LUAN SILVA DOS SANTOS   AL****@GMAIL.COM	
162   AL   ALICE LUNA   LU****@GMAIL.COM	
163   AL   ALINE NOGUEIRA   AL****@GMAIL.COM	
164   AL   ALVARO FRANCISCO   AL****@GMAIL.COM	
165   AL   AMANDA ASSIS   AS****@GMAIL.COM	
166   AL   AMANDA BEATRIZ   AM****@GMAIL.COM	
167   AL   AMANDA PATRICIA DE ALMEIDA CAVALCANTE   AM****@GMAIL.COM	
168   AL   AMANDA ROBERTA   AM****@GMAIL.COM	
169   AL   ANA ALICE   AN****@GMAIL.COM	
170   AL   ANA ALVES   CA****@GMAIL.COM	
171   AL   ANA KARINE   AN****@GMAIL.COM	
172   AL   ANA LUCIA SOUTO LEITE   AN****@GMAIL.COM	
173   AL   ANA LUIZA   AN****@GMAIL.COM	
174   AL   ANA MARIA SANTOS ROCHA   AN****@HOTMAIL.COM	
175   AL   ANANDA TELES   AN****@GMAIL.COM	
176   AL   ANA PAULA DA SILVA   PA****@GMAIL.COM	
177   AL   ANA PAULA DA SILVA VIEIRA   AN****@HOTMAIL.COM	
178   AL   ANDERSON FILHO   AN****@GMAIL.COM	
179   AL   ANDERSON VASCONCELOS   EU****@GMAIL.COM	
180   AL   ANDREA CAMPOS   AN****@HOTMAIL.COM	
181   AL   ANDRE HOLANDA   AN****@GMAIL.COM	
182   AL   ANDREYNA NATALY   AN****@GMAIL.COM	
183   AL   ANDREZA FELIZARDO   AN****@GMAIL.COM	
184   AL   ANGELICA NOBRE MENDES   AN****@GMAIL.COM	
185   AL   ANNA KARINA DE PONTES LEITE   AK****@GMAIL.COM	
186   AL   ANNE KAROLINE CAVALCANTE TEMOTEO DOS SANTOS   AN****@GMAIL.COM	
187   AL   ANNE KAROLINE DE FARIAS TEIXEIRA   AN****@GMAIL.COM	
188   AL   ANNYELE RAMONI   AN****@GMAIL.COM	
189   AL   ARIANE CAMPOS   AN****@GMAIL.COM	
190   AL   ARIELLE ALVES DE LIMA SILVA   AR****@GMAIL.COM	
191   AL   AVATAR KORRA   KO****@GMAIL.COM	
192   AL   BARBARA TORRES CHAVES   SO****@GMAIL.COM	
193   AL   BEATRIZ LIMA   BK****@GMAIL.COM	
194   AL   BEATRIZ MELO RUMAO FERREIRA   BE****@HOTMAIL.COM	
195   AL   BEATRIZ SILVA   BI****@GMAIL.COM	
196   AL   BEATRIZ TENORIO   BE****@GMAIL.COM	
197   AL   BIANCA SOUZA   BI****@GMAIL.COM	
198   AL   BRUNA ALMEIDA BISPO   BR****@HOTMAIL.COM	
199   AL   BRUNA LAIS   BR****@GMAIL.COM	
200   AL   BRUNA PARANHOS   BR****@GMAIL.COM	
AL   BRUNO QUEIROZ   BR****@GMAIL.COM	
AL   CAMILA ROSA DA SILVA   CS****@GMAIL.COM	
AL   CARLOS HENRIQUE   CA****@GMAIL.COM	
AL   CARLYSSON ALEXANDRE   CA****@HOTMAIL.COM	
AL   CAROLINA GOMES   CA****@GMAIL.COM	
AL   CCLODOALDO LOPESS   CL****@HOTMAIL.COM	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164536

Nº   UF   Cidadão		
207	AL	CECILIA MARIA LIMA COSTA   CE****@OUTLOOK.COM
208	AL	CELESTINA CANDIDO DE BARROS   CE****@GMAIL.COM
209	AL	CLARA VALOZ   CL****@GMAIL.COM
210	AL	CLAUDIO ALMEIDA   CL****@GMAIL.COM
211	AL	CLEANE RODRIGUES   CL****@GMAIL.COM
212	AL	CLEIDIJANE TAVARES   CL****@GMAIL.COM
213	AL	CLEO ROSSITER   CL****@GMAIL.COM
214	AL	CRIS CL   CR****@HOTMAIL.COM
215	AL	DANIELA DE ALMEIDA PEREIRA   DA****@GMAIL.COM
216	AL	DANRLEY TENORIO PSICOLOGO   DA****@GMAIL.COM
217	AL	DANY MARIE   DA****@GMAIL.COM
218	AL	DEBORA BRAZ   DE****@GMAIL.COM
219	AL	DEBORA MALTA REIS   DE****@MSN.COM
220	AL	DEISE ARAUJO   DE****@GMAIL.COM
221	AL	DEYSIELLE NASCIMENTO   DE****@GMAIL.COM
222	AL	DEYZIANE FLOR LIMA   DE****@GMAIL.COM
223	AL	DHARA FREITAS   DH****@GMAIL.COM
224	AL	DIEGO DI LIMA   LI****@HOTMAIL.COM
225	AL	DIEGO VIEIRA   DI****@GMAIL.COM
226	AL	DIOGENES PEREIRA   PS****@GMAIL.COM
227	AL	D. R.   DA****@GMAIL.COM
228	AL	DYANNE KELLY CARNEIRO DE ALBUQUERQUE MARANHAO   DY****@GMAIL.COM
229	AL	EDJAND ALVES DOS SANTOS SILVA   AL****@GMAIL.COM
230	AL	EDJANE BITTENCOURT   DE****@GMAIL.COM
231	AL	EDLA CAMPOS   ED****@GMAIL.COM
232	AL	EDMILDA OLIVEIRA   OL****@GMAIL.COM
233	AL	EDUARDO LENDARIOS MC   ED****@GMAIL.COM
234	AL	EDUARDO TAVARES   ED****@GMAIL.COM
235	AL	EDVALDO PIRES DA SILVA JUNIOR   ED****@GMAIL.COM
236	AL	ELAINE LAIS TINTINO DO NASCIMENTO   EL****@HOTMAIL.COM
237	AL	ELIAS AZEVEDO   EL****@GMAIL.COM
238	AL	ELIDE RODRIGUES   EL****@GMAIL.COM
239	AL	ELISABETH MARTINS DA SILVA   PS****@GMAIL.COM
240	AL	ELIZABETH TOLEDO C. VASCONCELOS   BE****@GMAIL.COM
241	AL	EMANUELE GOMES   EM****@GMAIL.COM
242	AL	EMILYN MELO   EM****@HOTMAIL.COM
243	AL	ERIKA MELO   ER****@GMAIL.COM
244	AL	ERIKA SILVA   ER****@OUTLOOK.COM
245	AL	ERYKA MOURA   ER****@GMAIL.COM
246	AL	EU SUBLIMINAL   DE****@GMAIL.COM
247	AL	EVELLYN RAYHANE   EV****@GMAIL.COM
248	AL	EWERTON EMILIANO   EW****@GMAIL.COM
249	AL	FABIO ARAUJO   AR****@GMAIL.COM
250	AL	FABIO MARANHAO   FA****@GMAIL.COM
251	AL	FABRISIA MILENNE SILVA MALTA TOLEDO   MI****@GMAIL.COM
252	AL	FERNANDA LESSA   F.****@GMAIL.COM
253	AL	FERNANDA LISBOA   FE****@IP.UFAL.BR
254	AL	FILIPE LEITE   FI****@GMAIL.COM
255	AL	FLAVIA FRANCISCA GOMES DA SILVA MOREIRA   PS****@GMAIL.COM
256	AL	FLAVIA LEANDRO CAVALCANTE   FL****@HOTMAIL.COM
257	AL	FRANCISCO PETRUCIO CAVALCANTE   FP****@GMAIL.COM
258	AL	FRANKLIN DE OLIVEIRA LIMA   FR****@GMAIL.COM
259	AL	GABA NOBRE   GA****@GMAIL.COM
260	AL	GABRIELA COSTA   GA****@GMAIL.COM
261	AL	GABRIELA LUCENA   GA****@GMAIL.COM
262	AL	GABRIELLA IZIDRO WANDERLEY   GA****@YAHOO.COM.BR
263	AL	GABRIELLE FLORENCE   PS****@GMAIL.COM
264	AL	GEICY EMANOELLA   GE****@GMAIL.COM
265	AL	GENILSON DOS SANTOS   GE****@GMAIL.COM
266	AL	GERALDO MAGELLA TEIXEIRA   MA****@YAHOO.COM.BR
267	AL	GERMANO SITONIO   SI****@GMAIL.COM
268	AL	GILDO NETO   GI****@GMAIL.COM
269	AL	GIOVANIA LIMA DOS SANTOS ALBUQUERQUE   GI****@GMAIL.COM
270	AL	GISELLA NICOLAU   GI****@GMAIL.COM
271	AL	GISELLE TORRES CHAVES   IN****@GMAIL.COM
272	AL	GISLAINE CARVALHO   PS****@GMAIL.COM
273	AL	GISLAYNNE NASCIMENTO   GI****@GMAIL.COM
274	AL	GLAUBERTO CEZARIO   GL****@GMAIL.COM
275	AL	GLEYCE MARIA DOS SANTOS   GL****@HOTMAIL.COM
276	AL	HEBERT JONAS DE ATAIDE TOJAL   HE****@GMAIL.COM
277	AL	HELEN SOBRAL   HE****@GMAIL.COM
278	AL	HENRIQUE TENORIO CARVALHO   HE****@GMAIL.COM
279	AL	HILLARY NOVAIS DE MELO   HI****@GMAIL.COM
280	AL	IANNY RANNY   IA****@GMAIL.COM
281	AL	IGOR MELO   IM****@GMAIL.COM
282	AL	IGOR PIMENTEL PEREIRA   IG****@GMAIL.COM
283	AL	INGRID MARIELLY MARINHO BRANCO   IN****@HOTMAIL.COM
284	AL	IRENE CAVALCANTE   IR****@GMAIL.COM
285	AL	ISABELE RAMIRES   IS****@GMAIL.COM
286	AL	ITALO SOUZA   IT****@GMAIL.COM
287	AL	IZABELLA ALENCAR   IZ****@GMAIL.COM
288	AL	IZABEL OLIVEIRA   IZ****@GMAIL.COM
289	AL	JACKIE SALES ROCHA   JA****@YAHOO.COM.BR
290	AL	JACKSON GIL   JA****@GMAIL.COM
291	AL	JADE ALVES   JA****@GMAIL.COM
292	AL	JADY OLIVEIRA   LI****@GMAIL.COM
293	AL	JAFIA OLIVEIRA   JA****@GMAIL.COM
294	AL	JAINY PEREIRA   JA****@GMAIL.COM
295	AL	JALDILELE DE LIMA DANTAS   JA****@GMAIL.COM
296	AL	JANIEL MENEZES   JA****@GMAIL.COM
297	AL	JAQUELINE MARIA DOS SANTOS LINS FERNANDES   JA****@HOTMAIL.COM
298	AL	JESSICA BATISTA NASCIMENTO   JE****@GMAIL.COM
299	AL	JESSICA FERNANDES MUNIZ   JE****@LIVE.COM
300	AL	JESSICA MAYARA   JE****@GMAIL.COM
301	AL	JESSICA MORAIS   JE****@GMAIL.COM
302	AL	JOAO PAULO MARINHO CARVALHO   PA****@GMAIL.COM
303	AL	JOAO PEDRO   JO****@GMAIL.COM
	AL	JOAS LIMA MCZ   JO****@GMAIL.COM
	AL	JONATHAN EDJEFFERSON   JO****@GMAIL.COM
	AL	JONH. ALERSON   JO****@GMAIL.COM
	AL	JOSEANA CERQUEIRA BASTOS   CE****@GMAIL.COM
	AL	JOSE LUIS COSTA   LU****@GMAIL.COM
	AL	JOSE MILTON LOPES   JM****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 164536

Nº   UF   Cidadão	
310   AL	JOSE WELLINGTON CAVALCANTE LINS   WC****@HOTMAIL.COM
311   AL	JOSIVALDO DOS SANTOS CASSIANO   JO****@GMAIL.COM
312   AL	JOYCE DA SILVA BORGES   JO****@GMAIL.COM
313   AL	JOYCE NOGUEIRA   JO****@GMAIL.COM
314   AL	JOYELLI MOREIRA DA SILVA   JO****@HOTMAIL.COM
315   AL	JS IMPRESSAO DIGITAL   IM****@GMAIL.COM
316   AL	JUCELIA GONCALVES DE SOUZA ALVES   JU****@ACADEMICO.UNCISAL.EDU.BR
317   AL	JULIA BEATRIZ MARINHO DE MELO FERREIRA   JM****@GMAIL.COM
318   AL	JULIANA PACHECO   JU****@GMAIL.COM
319   AL	JULIANE ELAYNE BALBINO MEDEIROS   JU****@GMAIL.COM
320   AL	JULIA WANDERLEY VIEIRA   JU****@OUTLOOK.COM
321   AL	KAMILA DA GAMA   KA****@GMAIL.COM
322   AL	KARIME CAVALCANTE   CA****@GMAIL.COM
323   AL	KARLA JULIANA DOS SANTOS CAVALCANTI   KJ****@HOTMAIL.COM
324   AL	KARYNE ALMEIDA MAFRA   KA****@HOTMAIL.COM
325   AL	KAUANNE CAROLINE SANTIAGO ROCHA   KA****@GMAIL.COM
326   AL	KELLY COSTA   RK****@GMAIL.COM
327   AL	KELLY CRISTHINE   KE****@HOTMAIL.COM
328   AL	KELLY LEITE   KM****@GMAIL.COM
329   AL	KELLY MARQUES   KE****@GMAIL.COM
330   AL	KELVERTON DIAS   KE****@GMAIL.COM
331   AL	KELVERTON DIAS   KE****@GMAIL.COM
332   AL	KELVERTON DIAS   OL****@GMAIL.COM
333   AL	KENEDY ANDERSON DA SILVA   KE****@GMAIL.COM
334   AL	KIZZY JOYCE VIEIRA   KI****@GMAIL.COM
335   AL	KRISHNA CARVALHO   KR****@GMAIL.COM
336   AL	LARA MARIA   GO****@GMAIL.COM
337   AL	LARISSA XAVIER   LA****@GMAIL.COM
338   AL	LAURA FERRO   LA****@GMAIL.COM
339   AL	LAURA OLIVEIRA   LA****@GMAIL.COM
340   AL	LAYANE EMILIA   LA****@GMAIL.COM
341   AL	LAYS MONTE   LA****@GMAIL.COM
342   AL	LAYSY RIBEIRO   RI****@GMAIL.COM
343   AL	LEIDJARIA BEZERRA SILVA   LE****@YAHOO.COM.BR
344   AL	LEILANE SILVA FERREIRA   LE****@GMAIL.COM
345   AL	LEONARDO BISMARCK   LE****@GMAIL.COM
346   AL	LETICIA CARDOSO MEDEIROS LINS   LE****@GMAIL.COM
347   AL	LETICIA EVELLY SILVA BEZERRA   LE****@HOTMAIL.COM
348   AL	LEYDJANE NUNES CARVALHO   LE****@GMAIL.COM
349   AL	LIDIANE COSTA   LI****@GMAIL.COM
350   AL	LIDIANE CRISTINA   LI****@GMAIL.COM
351   AL	LIDIANE FREITAS QUINTELA DE ALENCAR   LI****@GMAIL.COM
352   AL	LIGIA SANDES   LI****@GMAIL.COM
353   AL	LILIANA BEHAR   LI****@GMAIL.COM
354   AL	LILIANA DE SENA   LI****@HOTMAIL.COM
355   AL	LIMA JUNIOR   LI****@GMAIL.COM
356   AL	LUCIANA CAMPELLO FERREIRA CAVALCANTE   LU****@HOTMAIL.COM
357   AL	LUCIANA CORREIA DE AGUIAR   LU****@HOTMAIL.COM
358   AL	LUCIANO FELIZARDO   DR****@GMAIL.COM
359   AL	LUDMILA RAFAELA VERAS FERREIRA   LU****@HOTMAIL.COM
360   AL	LUZIMARI DANTAS DE ARAUJO COSTA   LU****@HOTMAIL.COM
361   AL	MALU ANDRADE   MA****@GMAIL.COM
362   AL	MALU MELO   MA****@GMAIL.COM
363   AL	MANOELA MALTA   MA****@GMAIL.COM
364   AL	MARCELA DA SILVA LIMA   MA****@OUTLOOK.COM
365   AL	MARCELO PINHEIRO   PI****@GMAIL.COM
366   AL	MARCIANA BARROS   MB****@GMAIL.COM
367   AL	MARCOS LOPEZ   MA****@GMAIL.COM
368   AL	MARIA BEATRIZ MOREIRA AZEVEDO   BE****@GMAIL.COM
369   AL	MARIA BRAGA MOTA MELRO   MO****@GMAIL.COM
370   AL	MARIA CAVALCANTE   NU****@GMAIL.COM
371   AL	MARIA CLARA   MA****@GMAIL.COM
372   AL	MARIA DA SILVA   MA****@GMAIL.COM
373   AL	MARIA DAS NEVES DE ALMEIDA CAVALCANTE   MD****@GMAIL.COM
374   AL	MARIA EDUARDA FRANCA DE BRITO   ME****@GMAIL.COM
375   AL	MARIA JANIELE DA SILVA GOMES OMENA   JA****@GMAIL.COM
376   AL	MARIA JULIA ALMEIDA DE MIRANDA   JU****@GMAIL.COM
377   AL	MARIA KLARA MATOS   OL****@GMAIL.COM
378   AL	MARIANNE LEMOS COSTA   MA****@GMAIL.COM
379   AL	MARIANY VIEIRA   MA****@GMAIL.COM
380   AL	MARIA PALOMA SANTOS SILVA   PM****@GMAIL.COM
381   AL	MARIA PAULA   MA****@GMAIL.COM
382   AL	MARILIA CERQUEIRA   MA****@GMAIL.COM
383   AL	MARILIA SANDES   MA****@GMAIL.COM
384   AL	MATEUS PROCOPIO MOURA   MA****@GMAIL.COM
385   AL	MATHEUS DA ROCHA NEVES   MA****@GMAIL.COM
386   AL	MAURICIO JAKUES   MA****@GMAIL.COM
387   AL	MAYARA VIEIRA   MA****@GMAIL.COM
388   AL	MAYSÁ GOMES   MA****@GMAIL.COM
389   AL	MELISSA BARBOZA   ED****@GMAIL.COM
390   AL	MERCIA CARVALHO   ME****@GMAIL.COM
391   AL	MICHAEL FELIPE   MI****@GMAIL.COM
392   AL	MICHAEL MENDES RIBEIRO JUNIOR   MI****@GMAIL.COM
393   AL	MICHELINE BARROS   MI****@HOTMAIL.COM
394   AL	MICHELLE KATIUSCIA DE MORAIS TENORIO   MI****@GMAIL.COM
395   AL	MICHELL LINS   MI****@GMAIL.COM
396   AL	MIKAELE MONTEIRO   MI****@GMAIL.COM
397   AL	MILENE SANTOS   MI****@GMAIL.COM
398   AL	MILLIAM CASTRO   MI****@GMAIL.COM
399   AL	MIRELLA CERQUEIRA   CE****@GMAIL.COM
400   AL	MISLAINE SANTOS FERREIRA   MI****@HOTMAIL.COM
401   AL	MONICA BARROS PEREIRA PIRES DA SILVA   MB****@HOTMAIL.COM
402   AL	MONICA VEIRONICE CORREIA DE SOUZA ALVEA   MO****@GMAIL.COM
403   AL	NADIA LARISSA HENRIQUE DE LIMA   LA****@GMAIL.COM
404   AL	NATALIA DO VALE   NA****@GMAIL.COM
405   AL	NATALIA SILVA OLIVEIRA DE ALMEIDA   NA****@GMAIL.COM
406   AL	NATALLIA GABRIELLE   GA****@GMAIL.COM
	NATHALIA MONIQUE   NA****@GMAIL.COM
	NATHYELE DE MEDEIROS ANJOS   NA****@GMAIL.COM
	NAYANE KEILLA MESSIAS   NA****@GMAIL.COM
	NAYARA JULIA   NA****@GMAIL.COM
	OTNIEL DA SILVA SANTOS   OT****@GMAIL.COM
	OXENTE BURGER   OX****@GMAIL.COM



5



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 4974, DE 2023

Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2023**

Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

**Art. 2º** Fica instituída a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa, com o objetivo de promover a prática regular de atividades físicas e esportivas pela pessoa idosa, visando à melhoria da qualidade de vida, à promoção da saúde, à manutenção da autonomia e à redução da dependência funcional.

**Art. 3º** São diretrizes da Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa:

I – Promover a alfabetização e letramento corporal da população sobre os benefícios da atividade física regular para o processo de envelhecimento saudável, a considerar uma abordagem dos aspectos físicos, mentais e sociais.

II – incentivar a criação e a manutenção de espaços públicos apropriados para a prática de atividades físicas e esportivas pela pessoa idosa,



com infraestrutura adequada e acessibilidade permitindo o acesso equitativo a lugares e espaços seguros, nas suas cidades e comunidades.

III – desenvolver programas de capacitação para profissionais das áreas da saúde e assistência social, com foco nas necessidades e especificidades dos programas de atividade física e exercício físico para a pessoa idosa

IV – estimular parcerias entre órgãos governamentais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e empresas para promover ações que facilitem a participação da pessoa idosa em programas de atividades físicas e esportivas;

V – realizar campanhas educativas e de marketing social para a alfabetização e letramento corporal da população sobre os benefícios da prática de atividade física para o processo de envelhecimento saudável, superando preconceitos e incentivando a mudança de hábitos;

VI – inserir a prática de atividades físicas adaptada em múltiplos contextos da pessoa idosa em programas de atenção à saúde em todos os níveis de cuidado e de assistência social, por meio de ações integradas e sistêmicas;

VII – garantir o acesso a programas de atividade física direcionados à pessoa idosa, com foco na prevenção de doenças e na promoção do envelhecimento saudável ativo;

VIII – fomentar a pesquisa científica sobre os impactos da atividade física e esportes para a pessoa idosa, visando à constante atualização das práticas e diretrizes.

**Art. 4º** Para a efetivação da Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa, o poder público poderá adotar as seguintes medidas:

I – criação de um programa nacional de construção e manutenção de espaços públicos adequados para a pessoa idosa praticar atividades físicas e esportivas, permitindo o acesso equitativo a lugares e espaços seguros, nas suas cidades e comunidades, de acordo com a sua capacidade;





II – desenvolvimento de um programa de capacitação continuada para profissionais das áreas de educação física, saúde e assistência social, com conteúdo direcionado às necessidades e especificidades da pessoa idosa;

III – estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e empresas para a promoção de eventos, campanhas e atividades físicas adaptadas à realidade da pessoa idosa;

IV – inclusão da prática de atividades físicas adaptadas nos programas de atenção à saúde e de assistência social;

V – instituição de mecanismos de incentivo fiscal e financeiro para a criação e a manutenção de programas de atividade física para a pessoa idosa, garantindo acesso universal e igualitário;

VI – criação de um sistema de monitoramento e avaliação da Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa, visando ao acompanhamento dos resultados e à constante melhoria das ações implementadas.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A proposta de criação da Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa tem como principal objetivo promover a saúde e a qualidade de vida para a pessoa idosa em nosso país. O envelhecimento populacional é uma realidade que demanda ações específicas para garantir maior longevidade saudável a todos que envelhecem.

Estudos científicos têm demonstrado que a prática regular de atividades físicas durante o processo de envelhecimento, a incluir na fase da vida velhice contribui para a prevenção e o tratamento de doenças crônicas, a manutenção da autonomia, independência, funcionalidade global e saúde mental. Sabe-se, ainda, que o aumento da qualidade de vida da pessoa idosa reflete positivamente na redução dos custos de saúde pública e assistência social, além de, garantir uma vida mais ativa e digna. Por outro lado, o sedentarismo e o comportamento sedentário são responsáveis por altas taxas de



morbidade e mortalidade em nosso país. O sedentarismo é considerado uma grande problema para a economia e saúde de um país, pois promove uma população idosa sem saúde e com alta dependência.

Recentemente, o Instituto DataSenado realizou pesquisa nacional com foco em políticas de atividades físicas para a pessoa idosa e sua qualidade de vida. Os resultados apontam que pessoas idosas que praticaram esportes ao longo da vida têm menos dificuldade para realizar atividades cotidianas, como subir escadas ou sair de casa sem auxílio de outras pessoas. Além disso, demonstrou-se que a percepção da própria qualidade de vida tem estreita relação com a capacidade que a pessoa idosa tem para subir escadas e com a prática atual de atividades físicas. Ou seja, a pessoa idosa que pratica atividade física regularmente avalia mais positivamente sua qualidade de vida. Em sentido oposto, algumas situações fazem com que essas pessoas avaliem mais negativamente a própria qualidade de vida, como ter pressão arterial alta ou não possuir espaços públicos para atividades físicas em sua cidade.

A Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa aqui proposta alinha-se com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da promoção da saúde e da igualdade, buscando garantir a todas as pessoas idosas, indistintamente, o acesso à prática de atividades físicas de forma segura, orientada e adaptada às suas necessidades.

Assim, solicitamos aos nobres Pares que apoiem e aprovem este projeto de lei, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, saudável e ativa.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GOMES





# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 1, DE 2024

Da COMISSÃO DE ESPORTE, sobre o Projeto de Lei nº 4974, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que Institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

**PRESIDENTE EVENTUAL:** Senador Eduardo Girão

**RELATOR:** Senador Romário

28 de fevereiro de 2024





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (Partido Liberal-RJ)

**PARECER Nº , DE 2023**

Da COMISSÃO DE ESPORTE, sobre o Projeto de Lei nº 4.974, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que *institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa*.

Relator: Senador **ROMÁRIO**

**I – RELATÓRIO**

Submete-se à deliberação da Comissão de Esporte (CEsp) o Projeto de Lei nº 4.974, de 2023, de autoria do Senador Eduardo Gomes, que *institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa*.

A proposição em tela compõe-se de cinco artigos, os quais, tal como consignado na ementa, buscam instituir a referida política pública, bem como fixar suas diretrizes e indicar as medidas que o poder público poderá adotar para sua efetivação. Finalmente, prevê que a vigência da lei em que vier a se converter o projeto se inicia na data de sua publicação.

Na justificção, o autor ressalta que objetiva, com a proposição, promover a saúde e a qualidade de vida para a pessoa idosa em nosso país.

O projeto, que não recebeu emendas, foi distribuído para análise da CEsp e das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta última manifestar-se em decisão terminativa.

## II – ANÁLISE

Nos termos do disposto no inciso IV do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a este colegiado manifestar-se a respeito de proposições que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva, tema afeto ao projeto de lei em análise.

A apreciação realizada no âmbito desta comissão limitar-se-á ao mérito da proposição, uma vez que o exame dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade será realizado pela CAS, quando a matéria for deliberada por aquele colegiado, nos termos do art. 100 do RISF.

No mérito, acreditamos que o PL nº 4.974, de 2023, é louvável e merece aprovação.

O envelhecimento é um fenômeno natural e inevitável, devendo ser compreendido sob uma perspectiva interdisciplinar. Definido como um processo gradual, universal e irreversível que provoca uma perda funcional progressiva no organismo, o envelhecimento é caracterizado por diversas alterações orgânicas, como a redução do equilíbrio e da mobilidade, das capacidades fisiológicas e psicológicas.

A atividade física pode aumentar em até cinco anos a expectativa de vida de um idoso. Pessoas idosas que praticam ao menos três horas de atividades físicas por semana vivem cerca de cinco anos a mais do que os sedentários. A prática de meia hora de exercícios, seis dias por semana, está ligada a uma redução de 40% no risco de morte em idosos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 3,2 milhões de mortes são atribuídas todos os anos à atividade física insuficiente. O sedentarismo é o quarto maior fator de risco de mortalidade global e está ligado a doenças crônicas como câncer, hipertensão, diabetes e obesidade.

Mais especificamente, o sedentarismo é responsável por pelo menos 21% dos casos de tumores malignos na mama e no cólon, assim como 27% dos registros de diabetes e 30% das doenças cardíacas.

A inatividade física é mais do que um desafio para a saúde: seus custos financeiros também são enormes. Globalmente, estima-se que a inatividade física custe US\$ 54 bilhões em assistência médica direta, dos quais

57% são incorridos pelo setor público e outros US\$ 14 bilhões são atribuídos à perda de produtividade. E esses números só tendem a aumentar com a proporção crescente da população idosa na nossa sociedade.

Assim, concordamos com o autor da proposição acerca da necessidade de se promover a saúde e a qualidade de vida da pessoa idosa e entendemos ser, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de se instituir a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.974, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**Senador ROMÁRIO**  
**(PL/RJ)**

**Relatório de Registro de Presença****1ª, Extraordinária**  
**Comissão de Esporte**

Bloco Parlamentar Democracia (UNIÃO, PODEMOS, PDT, MDB, PSDB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EFRAIM FILHO		1. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. JAYME CAMPOS	PRESENTE
FERNANDO FARIAS		3. ZEQUINHA MARINHO	
LEILA BARROS	PRESENTE	4. FERNANDO DUEIRE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)			
TITULARES		SUPLENTEs	
SÉRGIO PETECÃO		1. LUCAS BARRETO	PRESENTE
NELSINHO TRAD		2. MARA GABRILLI	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE
JORGE KAJURU		4. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTEs	
ROMÁRIO	PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES	
CARLOS PORTINHO		2. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTEs	
CLEITINHO		1. DR. HIRAN	PRESENTE

**Não Membros Presentes**

IZALCI LUCAS  
WILDER MORAIS  
AUGUSTA BRITO  
MARCOS DO VAL  
ZENAIDE MAIA  
DAMARES ALVES

**DECISÃO DA COMISSÃO****(PL 4974/2023)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO DO SENADOR ROMÁRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO DE ESPORTE, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 4974, DE 2023.

28 de fevereiro de 2024

Senador EDUARDO GIRÃO

Presidiu a reunião da Comissão de Esporte





## PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.974, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que institui a *Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa*.

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

### I – RELATÓRIO

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 4.974, de 2023, que institui a Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa.

A proposição é composta de cinco artigos e tem por objetivo promover a prática regular de atividades físicas e esportivas pela pessoa idosa, visando à melhoria da qualidade de vida, à promoção da saúde, à manutenção da autonomia e à redução da dependência funcional.

Para tanto, estabelece diretrizes para a implantação da política que busca instituir no art. 3º e prevê medidas que podem ser adotadas pelo Poder Público no art. 4º.

Ao final, o PL prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificção, o autor ressalta que o envelhecimento populacional é uma realidade que demanda ações específicas para garantir longevidade com saúde. Entre essas ações, destaca a prática regular de atividade física como forma de aumentar a qualidade de vida da pessoa idosa e garantir-lhe uma vida digna, além de reduzir custos de saúde pública e assistência social, dada a vinculação existente entre o sedentarismo e o aumento das taxas de morbidade e mortalidade da população.



A proposição, que recebeu parecer favorável da Comissão de Esportes (Cesp), foi encaminhada à análise desta CDH, e seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, que se manifestará em sede de decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção, garantia e promoção dos direitos humanos, incluindo a proteção da pessoa idosa, razão pela qual é regimental a análise da matéria por este colegiado.

O envelhecimento da população frente a parcela de jovens, decorrente especialmente do declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade, é fenômeno que se apresenta de modo crescente na maioria dos países, inclusive no Brasil.

No País, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios Contínua – Características Gerais dos Moradores 2020-2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a parcela de pessoas com 60 anos ou mais saiu de 11,3% para 14,7% entre 2012 e 2021. Isso significa que, em número absolutos, esse grupo etário passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões de pessoas, crescendo 39,8% no período.

O Poder Público não pode desconsiderar as repercussões sociais de um país progressivamente mais idoso. Diante desse cenário, torna-se necessário, entre outras medidas, se adotar mecanismos específicos de promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar com o foco no processo de envelhecimento.

Nesse contexto se insere a iniciativa ora em análise.

A adoção de um estilo de vida ativo, especialmente por meio da prática regular de atividade física, é um importante meio de prevenção e promoção da saúde, trazendo diversos benefícios de caráter físico, social,



fisiológico e psicológico, que interferem diretamente no bem-estar e na qualidade de vida da pessoa idosa.

A prática de atividade física previne doenças, melhora a memória e as habilidades de socialização e, ainda, aumenta a disposição e a autonomia, além da capacidade de se movimentar e realizar as atividades do dia a dia com independência.

Assim, entendemos que a iniciativa de se instituir uma Política Nacional de Promoção da Atividade Física para a Pessoa Idosa, nos termos propostos pelo autor da proposição, é louvável.

Trata-se de forma de promoção dos direitos da pessoa idosa, estimulando sua proteção integral por meio da promoção de oportunidades e facilidades voltadas a preservação da sua saúde física e mental, em condições de liberdade e dignidade.

Diante disso, entendemos que o PL nº 4.974, de 2023, aperfeiçoa a legislação que trata da defesa e promoção dos direitos da pessoa idosa, sendo digno de acolhida.

Constatamos apenas a necessidade de efetuar pequenos reparos de técnica legislativa. O inciso I do art. 3º deve se iniciar o com letra minúscula. Além disso, optamos por substituir, nesse mesmo inciso, a expressão “alfabetização e letramento corporal” por “conscientização” para o melhor atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.974, de 2023, com a seguinte emenda de redação:

#### **EMENDA Nº - CDH (redação)**

Dê-se inciso I do art. 3º do PL nº 4.974, de 2023, a seguinte redação:

**Art. 3º** .....



I – promover a conscientização da população sobre os benefícios da atividade física regular para o processo de envelhecimento saudável, a considerar uma abordagem dos aspectos físicos, mentais e sociais.

.....

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

6



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5771, DE 2023

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PROJETO DE LEI Nº       , DE 2023**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 10.** .....

.....

§ 5º Fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta para confirmação de condição detectada pelo exame de rastreamento de que trata o § 1º, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o referido atendimento.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação oficial.



## JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) é uma iniciativa do Ministério da Saúde que visa a identificar e a tratar precocemente algumas doenças que podem afetar a saúde e o desenvolvimento dos recém-nascidos. Criado em 2001, o PNTN encontra-se em processo de significativa ampliação, após a edição da Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e dá outras providências.*

Além do mais conhecido “teste do pezinho”, voltado primordialmente para a detecção de doenças metabólicas, o Programa engloba outros exames de triagem neonatal, como o “teste da orelhinha”, que verifica a audição do bebê, o “teste do olhinho”, que avalia a presença de catarata ou glaucoma, e o “teste do coraçãozinho”, que mede a oxigenação do sangue e identifica possíveis cardiopatias.

Os benefícios desse programa são extensos e têm um impacto significativo na vida das famílias e da sociedade como um todo. O diagnóstico precoce possibilita não apenas o início imediato do tratamento, mas também a redução do risco de complicações graves, como deficiências intelectuais e físicas, problemas no desenvolvimento neuropsicomotor, além de complicações clínicas que podem levar a internações hospitalares e impactar a qualidade de vida da criança e da família.

A triagem neonatal não se limita ao diagnóstico e tratamento precoce de doenças, pois também serve como ferramenta educacional para as famílias. Após a identificação de qualquer condição nos testes, os pais ou responsáveis recebem orientações e informações sobre a condição específica do seu filho, seu prognóstico e as medidas que devem ser tomadas para garantir os melhores cuidados e o acompanhamento médico adequado.

Não obstante, apesar de todos esses benefícios, ainda há desafios a serem superados. Alguns deles incluem a conscientização da população sobre a importância do teste do pezinho, o acesso ao exame em regiões remotas e a necessidade contínua de aprimorar e expandir a triagem para detectar novas condições que possam ser incluídas nos testes, conforme determinado pela Lei nº 14.154, de 2021.





Uma questão crítica, levantada durante audiência realizada no âmbito da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (CASRaras), foi a dificuldade que muitos pais têm de levar os bebês com algum tipo de alteração detectada no teste de rastreamento para a unidade de saúde especializada, a fim de dar continuidade ao processo de diagnóstico, ou seja, para realizar consultas e exames adicionais para confirmar ou afastar a doença ou condição de saúde eventualmente detectada no teste do pezinho. Ressalte-se que, na prática, esses procedimentos adicionais não estão disponíveis na unidade básica de saúde próxima da residência do recém-nascido, mas apenas em hospitais localizados em regiões centrais.

Nesse sentido, o mínimo que o poder público deve oferecer é a gratuidade do transporte, para permitir aos responsáveis levar seus recém-nascidos ao necessário e tempestivo seguimento da triagem neonatal. É o que se pretende instituir com a proposição legislativa que ora oferecemos à elevada apreciação dos Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- art10

- Lei nº 14.154, de 26 de Maio de 2021 - LEI-14154-2021-05-26 - 14154/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14154>



SENADO FEDERAL

**PARECER Nº , DE 2024**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5.771, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 5.771, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.*

O PL nº 5.771, de 2023, busca acrescentar o § 5º no art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para assegurar a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos



SENADO FEDERAL

ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta para confirmação de condição detectada pelo exame de rastreamento de que trata o § 1º do mesmo dispositivo. A gratuidade abarca, adicionalmente, o retorno ao domicílio após o referido atendimento.

Caso aprovada, a lei entrará em vigor após decorridos noventa dias da data de sua publicação oficial.

A justificação aponta que, apesar dos incontáveis benefícios advindos da triagem neonatal, ainda há desafios para a ampliação do acesso a esse mecanismo. Um desses desafios, apontado em audiência realizada no âmbito da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (CASRaras), consiste na dificuldade de acesso às unidades de saúde especializadas em caso de detecção de alteração no teste de rastreamento. Considerando que os procedimentos necessários para a investigação dessas alterações geralmente estão disponíveis apenas em hospitais localizados em regiões centrais, a autora argumenta que a gratuidade do transporte é essencial para que o deslocamento não seja um obstáculo para o seguimento da triagem neonatal.

A proposição foi despachada à CDH e posteriormente seguirá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção da infância, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do PL nº 5.771, de 2023, por este Colegiado.



SENADO FEDERAL

Quanto ao mérito, a proposição é essencial para a salvaguarda dos nossos recém-nascidos. A efetividade do Programa Nacional de Triagem Neonatal depende da capacidade do poder público de oferecer mecanismos para que toda a população tenha acesso pleno a esse processo de diagnóstico.

Ademais, a proposta auxiliará muitas famílias em situação de vulnerabilidade financeira e que enfrentam dificuldades para custear o transporte até os centros de saúde especializados.

Além disso, a gratuidade do transporte coletivo para o acompanhante é fundamental para a garantia do direito de que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de acesso ao diagnóstico e tratamento precoce, independentemente de sua condição financeira ou local de residência.

Importante destacar que o projeto está alinhado com os princípios constitucionais da proteção integral à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal. A proposta reforça o dever da sociedade e do Estado em assegurar a saúde e o desenvolvimento adequado dos recém-nascidos, removendo dificuldades que poderiam comprometer o acesso aos serviços necessários para a realização de exames e o tratamento de condições detectadas na triagem neonatal.

O transporte gratuito para a realização de exames confirmatórios é essencial para que a triagem neonatal não seja realizada de forma incompleta. É necessário que se confirme o diagnóstico para que, posteriormente, o recém-nascido seja encaminhado às consultas e tratamentos especializados. Assim, nos parece que a medida em apreço é primordial para que a sequência da triagem neonatal não seja interrompida antes da identificação e da implementação das medidas que estejam no melhor interesse da criança.

Por fim, além de aliviar a família do ônus financeiro, a gratuidade do transporte para o acompanhamento de recém-



SENADO FEDERAL

nascidos demonstra o comprometimento da sociedade e do Estado em garantir um sistema de saúde mais acessível.

É preciso que o Congresso Nacional faça valer esse direito fundamental à saúde e o desenvolvimento adequado de nossos recém-nascidos, garantindo que tenham o acesso integral aos serviços necessários para a realização de exames e o tratamento de condições detectadas na triagem neonatal.

### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.771, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

7



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5473, DE 2023

(nº 1874/2015, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com transtorno do espectro autista nas instituições públicas e conveniadas, bem como sobre o direito à educação inclusiva e a profissional de apoio escolar.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1347104&filename=PL-1874-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1347104&filename=PL-1874-2015)



[Página da matéria](#)





Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com transtorno do espectro autista nas instituições públicas e conveniadas, bem como sobre o direito à educação inclusiva e a profissional de apoio escolar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

.....

IX - a garantia de atendimento educacional especializado gratuito, nos termos do § 1º do art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), asseguradas as condições necessárias para o efetivo desenvolvimento intelectual, social e afetivo dos estudantes com transtorno do espectro autista:

a) no ambiente escolar;

b) nas instituições públicas;

c) nas instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos com atuação exclusiva na modalidade da educação especial.

.....” (NR)

“Art. 3º .....

.....

IV - .....



a) à educação e ao ensino profissionalizante, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

.....

§ 1º .....

§ 2º Os estudantes com transtorno do espectro autista têm direito à educação inclusiva, em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como ao aprendizado por toda a vida, com garantia de oferta de profissionais de apoio escolar, vedada, por parte das escolas, a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza nas mensalidades, nas anuidades e nas matrículas desses estudantes, nos termos do inciso XVII do *caput* e do § 1º do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

§ 3º A formação dos profissionais da educação que atuam nas instituições de educação infantil deverá incluir tópicos a respeito do transtorno do espectro autista na primeira infância e do trabalho integrado com as equipes multidisciplinares para o devido encaminhamento do estudante às ações e aos serviços de saúde pública direcionados ao diagnóstico precoce, nos termos do inciso I do § 4º do art. 18 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).



§ 4º É vedada a fixação de limite do número de estudantes com transtorno do espectro autista nas salas de aula em todos os níveis e modalidades de ensino.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente



Of. nº 261/2023/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RODRIGO PACHECO  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PL para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 1.874, de 2015, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com transtorno do espectro autista nas instituições públicas e conveniadas, bem como sobre o direito à educação inclusiva e a profissional de apoio escolar”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA  
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2358706>

---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
  - art58\_par1
- Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012 - Lei Berenice Piana; Lei de Proteção aos Autistas - 12764/12  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012;12764>
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>
  - art18\_par4\_inc1
  - art28\_cpt\_inc17
  - art28\_par1



SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

## PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5.473, de 2023 (PL nº 1.874, de 2015, na Câmara dos Deputados), do Deputado Victor Mendes, que *altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com transtorno do espectro autista nas instituições públicas e conveniadas, bem como sobre o direito à educação inclusiva e a profissional de apoio escolar.*

Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

### I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei (PL) nº 5.473, de 2023, originário da Câmara dos Deputados, onde tramitou com o nº 1.874, de 2015.

A proposição, já em seu art. 1º, enuncia as alterações que tenciona fazer na Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), que passamos a sintetizar.

Inicialmente, a proposição acrescenta inciso IX ao art. 2º (que enuncia as diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) daquela Lei, para garantir atendimento educacional especializado gratuito, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), nos ambientes escolares, nas instituições públicas ou nas instituições



SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

comunitárias, confessionais ou filantrópicas que tenham atuação exclusiva na modalidade de educação especial.

Em seguida, a matéria modifica a alínea *a* do inciso IV do art. 3º da Lei Berenice Piana para especificar que o acesso à educação e ao ensino profissionalizante deverão atender ao disposto no inciso XVII do *caput* do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o que significa dizer que lhes serão oferecidos, obrigatoriamente, profissionais de apoio escolar.

Indo adiante, a matéria acrescenta três parágrafos ao mesmo art. 3º (e numera o atual parágrafo único como § 1º) para determinar, no § 2º, que os estudantes com transtorno do espectro autista têm direito à educação “inclusiva, em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como ao aprendizado por toda a vida”, determinando a proposição, para isso, “garantia de oferta de profissionais de apoio escolar”, remetendo ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (especificamente, ao inciso XVII do *caput* e ao § 1º do art. 28 do Estatuto).

O novo § 3º dispõe sobre a formação dos profissionais de educação para determinar que sejam instruídos sobre os transtornos do espectro autista e sobre o trabalho integrado com equipes multidisciplinares para bem saber encaminhar o estudante “às ações e aos serviços de saúde pública direcionados ao diagnóstico precoce”, conforme dita o inciso I do § 4º do art. 18 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Por fim, o novo § 4º veda que se fixe limites ao número de estudantes com transtorno do espectro autista nas salas de aula “em todos os níveis e modalidades de ensino”.

Outrossim, o art. 2º da proposição põe em vigor lei que de si resulte na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída para o exame desta Comissão e irá, em seguida, ao exame da Comissão de Educação e Cultura.

Não foram apresentadas emendas.



SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

## II – ANÁLISE

O exame da matéria por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é regimental, à luz do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal.

Não se observa traço manifesto de inconstitucionalidade, visto ser a matéria de competência do Congresso Nacional (Carta Magna, inciso XIV do art. 24) dada a natureza de norma geral que tem o conteúdo da proposição.

Tampouco há óbice de juridicidade. A matéria não colide com lei vigente e goza de abstratividade e coercitividade, além de inovar a ordem jurídica – ainda que, em parte, por desdobramento e especificação de direitos.

Quanto a seu mérito, vemos a matéria com ótimos olhos, na medida em que desdobra mandamentos constitucionais e legais (estes últimos, contidos mormente no Estatuto da Pessoa com Deficiência). Sabemos que a sociedade brasileira vem, ao longo das últimas décadas, procurando encurtar a distância social em busca de uma maior igualdade entre as pessoas e sua respectiva inclusão. A matéria forma conjunto coerente de medidas nessa direção. Com ela, damos mais um passo importante em direção ao desiderato de uma sociedade justa, inscrito nos arts. 1º e 3º da Constituição Federal.

Ofereceremos, tão somente, emenda para adequar a proposição aos termos do inciso I do art. 3º e do *caput* do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que rezam dever o art. 1º da Lei enunciar seu objeto e seu âmbito de aplicação.

## III – VOTO

Em razão das considerações trazidas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.473, de 2023, nos termos da seguinte emenda:





SENADO FEDERAL  
Senador FLÁVIO ARNS

## EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 5.473, de 2023, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

“**Art. 1º** Esta Lei determina o atendimento educacional especializado gratuito aos estudantes com transtorno do espectro autista nas instituições públicas e conveniadas, bem como o direito à educação inclusiva e a profissional de apoio escolar.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

8



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 472/2023/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 6.559, de 2016, da Câmara dos Deputados, que “Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do *caput* do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”.

Atenciosamente,

LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário

Apresentação: 01/11/2023 14:37:41.790 - MESA

DOC n.1279/2023



Pa  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Bivar

Avulso do PL 5334/2023 [4 de 5]



LexEdit



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 5334, DE 2023

(nº 6559/2016, na Câmara dos Deputados)

Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do caput do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1510643&filename=PL-6559-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1510643&filename=PL-6559-2016)



[Página da matéria](#)



Altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do *caput* do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 2º O *caput* do art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“Art. 59 .....

.....

VI - profissionais de apoio escolar, previstos no inciso XVII do *caput* do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para auxiliar nas atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuar em todas as atividades escolares nas quais forem necessários, em todos os níveis e modalidades de ensino, com formação mínima de nível

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

técnico em serviços de apoio à pessoa com deficiência no ambiente escolar.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA  
Presidente

---

## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>

- art59

- art59\_cpt

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

- art28\_cpt\_inc17



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**PARECER Nº , DE 2024**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 5.334, de 2023 (PL nº 6.559/2016), do Deputado Eduardo Barbosa, que *altera o art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a formação mínima dos profissionais de apoio escolar previstos no inciso XVII do caput do art. 28 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

**I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 5.334, de 2023, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para detalhar requisitos de formação mínima dos profissionais de apoio escolar a estudantes com deficiência.

Nessa direção, o PL acrescenta, em seu art. 2º, o inciso V ao art. 59 da LDB, por meio do qual estabelece que profissionais alocados em atividades escolares de apoio, especialmente aquelas relacionadas à alimentação, higiene e locomoção dos educandos, em todos os níveis de ensino, deverão ter formação mínima de nível técnico em serviços de apoio à pessoa com deficiência no ambiente escolar.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Na Câmara dos Deputados, o texto recebeu aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Comissão de Educação e da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Encaminhada para revisão do Senado Federal, o PL aguarda deliberação da CDH para, na sequência, ser encaminhado à Comissão de Educação e Cultura, antes de ir à votação em Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

O Regimento Interno do Senado Federal determina, em seu art. 102-E, incisos III e VI, que, entre outros assuntos, cabe à CDH opinar sobre temas alusivos aos direitos humanos e à proteção e inclusão da pessoa com deficiência, além da proteção da infância e da juventude. Portanto, é regimental a análise do PL nº 5.334, de 2023, por este Colegiado.

A matéria atende aos requisitos formais de constitucionalidade, uma vez que seu tema é pertinente à esfera de competência da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do previsto nos arts. 23, II e 24, IX e XIV, da Constituição Federal. Ademais, a proposição não está reservada à iniciativa legislativa de nenhum outro Poder, razão por que consideramos legítima a iniciativa parlamentar da proposição, com fundamento na regra geral do art. 61, *caput*, da mesma Constituição.

Do ponto de vista do conteúdo, não há incompatibilidade entre a norma que se pretende aprovar e os princípios e regras que emanam do texto constitucional vigente. Ademais, não encontramos óbices quanto aos aspectos de juridicidade e de técnica legislativa.

Quanto ao mérito, a proposição harmoniza o texto da LDB às exigências estabelecidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, segundo a qual, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

permitir que o educando alcance o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Para tanto, entre outras importantes medidas, cabe ao poder público prover o acompanhamento de profissionais de apoio escolar, nos termos dos art. 3º, inciso XIII e art. 28, inciso XVII, da LBI. Conforme essa norma, tais profissionais exercem atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuam em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. Essa força de trabalho realiza atividades imprescindíveis para que a pessoa com deficiência tenha igualdade de condições no acesso à boa educação e, ainda, para mitigar a evasão escolar, fomentar a participação e, portanto, a aprendizagem de qualidade.

Para dar conta de tão relevantes tarefas, esses profissionais precisam estar devidamente capacitados, com o desenvolvimento de capacidades específicas para prestar os cuidados necessários que não são triviais. Portanto, não cabem improvisos e amadorismos nessa área, que carece de regulamentação aprimorada, como a possibilitada pela matéria em análise.

Note-se que, além disso, o texto compatibiliza a LDB com o previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, ampliando a esfera de atendimento desses profissionais para além do ensino básico, mas incluindo também as demais esferas educacionais.

Por fim, ressalte-se que existe no Brasil uma boa oferta de cursos de especialização nessa área. A aprovação da presente matéria vai contribuir para o aprimoramento desses cursos e, por consequência, dos profissionais que passarem pela devida formação antes de ingressarem nas atividades de apoio no ambiente escolar.



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

**III – VOTO**

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 5.334, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

9



SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - CDH**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater " A participação negra no sistema político eleitoral ".

**JUSTIFICAÇÃO**

Após aprovação da PEC 09/2023 na Câmara dos Deputados, reacende na sociedade um debate sobre sub-representação de pessoas negras nos espaços de tomadas de decisão. Sabemos que a referida PEC, quando apresentada, em meados de março de 2023, tinha por objetivo instituir anistia para partidos que não atenderam os requisitos mínimos ou não destinaram os valores mínimos de verbas de campanhas para mulheres e pessoas negras nas eleições de 2022. Porém, no desenredo do processo na Casa, o texto da matéria foi amplamente reformado. Entre as mudanças, altera-se a nomenclatura designativa de pessoas negras, o aumento do investimento partidário de 20% para 30% nessas candidaturas, a instituição de REFIS, entre outros.

Em contraponto, em 2020, o Tribunal Superior Eleitoral já tinha definido que a distribuição de recursos dos Fundos de Financiamento de Campanha deveria ser proporcional ao total de candidatos negros. Um grande ganho para a população negra, por intermédio do movimento negro, que após a aprovação da PEC na Câmara dos Deputados, pode se perder.



Essa temática, anteriormente debatido no TSE, e também discutido na Câmara dos Deputados, chega à Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Trata-se de assunto extremamente relevante para a sociedade, por se tratar de debate acerca da qualidade da democracia atualmente fruída e da democracia justa e equitativa constitucionalmente almejada.

Considerando a luta do movimento negro, que incide arduamente para corrigir a sub-representação de pessoas negras nos espaços de poder e a obtenção de paridade racial, advém a legítima pretensão de que sejam viabilizadas candidaturas orgânicas, de lideranças políticas e comunitárias comprometidas com o combate das desigualdades e do racismo.

A construção de outro projeto de país, ainda mais democrático, se dará apenas por meio da participação negra em grau de equivalência e mediante a garantia de que as pautas dos movimentos sociais negros, que são relativas aos direitos humanos da população negra, justiça racial, social e de gênero, tenham representantes em todas as instituições, sobretudo, de natureza pública, incluindo os parlamentos.

A participação nos espaços de poder e de tomada de decisão é uma reivindicação histórica do movimento negro, e um apelo justo, haja vista a inegável contribuição da população negra para o crescimento, desenvolvimento e consolidação desse país e de sua própria democracia.

Na assembleia que instituiu a Constituição de 1988, o movimento negro foi fundamental para aprovar leis que aprofundaram direitos sociais, previdenciários, políticas afirmativas e de desenvolvimento social.

Por isso, diante desses fatos, apresento esse requerimento de Audiência Pública para promover os debates sobre a participação negra no sistema político e eleitoral, com vistas ao aperfeiçoamento do sistema político e sob a



perspectiva da ocupação dos parlamentos por candidaturas negras e da atuação histórica da sociedade civil através dos movimentos sociais negros.

Sala da Comissão, de de .

**Senador Paulo Paim**  
(PT - RS)

**Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

